

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC  
Centro Sócio Econômico - CSE  
Departamento de Economia e Relações Internacionais

FLÁVIA KUERTEN MICHELS

EVOLUÇÃO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO EM SANTA CATARINA E POR  
MICRORREGIÃO DO ESTADO

Florianópolis, 2017

**FLÁVIA KUERTEN MICHELS**

**EVOLUÇÃO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO EM SANTA CATARINA E POR  
MICRORREGIÃO DO ESTADO**

Monografia submetida ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

**Orientador: Prof. Dr. Helberte João França Almeida**

Florianópolis, 2017

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A banca examinadora resolveu atribuir a nota 8,5 a aluna FLÁVIA KUERTEN MICHELS na disciplina CNM 7107 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Helberte João França Almeida

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Carmen Rosário O. G. Gelinski

---

Caio Lauth Gualberto

À minha família por todo apoio que  
me dão diariamente

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço pela oportunidade de cursar a Universidade Federal de Santa Catarina e por toda a experiência proporcionada pelo ambiente acadêmico.

Aos professores por compartilharem conhecimento e experiência ao longo destes anos.

Aos meus pais, irmãs e sobrinhos por estar presente em todos os momentos, apoiando e acreditando.

Ao meu querido orientador Helberte João Almeida França por toda paciência, empatia e dedicação junto a mim e a este trabalho.

Em especial agradeço ao Gabriel, meu namorado, por toda sua contribuição, pelo apoio e principalmente pela paciência demonstrada ao longo deste trabalho.

A COOMARCA Unicred, por todo o apoio e desenvolvimento junto ao tema.

Enfim, a todos os que por algum motivo contribuíram para a realização desta pesquisa.

*“O todo é maior que a simples soma das duas partes.”*

*(Aristóteles).*

## RESUMO

MICHELS, Flávia Kuerten. **Evolução das cooperativas de crédito em Santa Catarina e por microrregião do estado.** 72 f. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico. Florianópolis, 2017.

No vasto campo do Sistema Financeiro Nacional, o objeto de estudo deste trabalho é o cooperativismo de crédito. Além do aporte teórico, apresentam-se resultados das cooperativas de crédito catarinense comparando-o a nível regional e nacional. A metodologia utilizada foi, predominantemente, qualitativa com base em pesquisa bibliográfica, bem como, métodos e técnicas da pesquisa quantitativa para apresentar os resultados alcançados pelas cooperativas catarinenses nos anos de 2014 até 2016. Além disso, o trabalho demonstra a história do cooperativismo de crédito no mundo, no Brasil e em Santa Catarina conjuntamente com os seus princípios, valores e estrutura. A abordagem estabelece algumas diferenças institucionais entre os bancos e as cooperativas, com destaque para os aspectos normativos relacionados ao crescimento e consolidação das cooperativas de crédito. A análise também trata dos sistemas cooperativos que atuam em Santa Catarina, suas estruturas, seu fortalecimento e a busca pela ampliação da participação na economia do estado. A investigação conclui que apesar do estado ter reduzido, fechando o ano de 2016 com 103 cooperativas em funcionamento, esse setor é responsável por 11% das operações de crédito PF, e 21% dos depósitos totais, no total das cooperativas de crédito nacionalmente, fazendo com que o estado seja reconhecido por ter grande representatividade no ramo de cooperativismo de crédito no sistema financeiro nacional.

**Palavras-chave:** Cooperativismo de Crédito. Instituições Financeiras. Sistema Financeiro Nacional.

## ABSTRACT

MICHELS, Flávia Kuerten. The evolution of credit unions in Santa Catarina and by micro region of the state. 72 f. Undergraduate Thesis (Bachelor's Degree) – Federal University of Santa Catarina, Socioeconomic Faculty. Florianópolis, 2017.

On the wide field of the National Financial System, this paper studies credit cooperativism. Besides the theoretical input, results from credit unions in the state will be presented as well, in comparison to the regional and national ones. The chosen methodology is mostly qualitative, based on bibliographical research, as well as methods and techniques used in quantitative research to present the results obtained by credit unions from Santa Catarina, beginning in 2014 up to 2016. Moreover, this paper displays the history of credit cooperativism in the world, in Brazil and in the state of Santa Catarina, together with its principles, values and structure. The approach establishes some institutional differences between the banks and the credit unions, focusing on the normative aspects related to the growth and consolidation of these unions. The analysis also addresses the cooperative systems in Santa Catarina, its structures, consolidation, and the search for the enlargement of its participation in the economy of the state. The study concludes, in spite of the state having reduced, closing in the year of 2016 with 103 cooperatives working, this sector is responsible for 11% of the personal credit operations, and 21% of the global deposits, in the total of the national credit cooperatives, recognizing the state as a great representative of the credit cooperativism in the national system.

**Key-words:** Credit Cooperativism. Financial Institutions. National Financial System.



# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>8</b>
1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA.....	8
1.2 OBJETIVOS .....	9
1.2.1 Objetivo Geral.....	9
1.2.1 Objetivo Objetivos Específicos .....	9
1.3 JUSTIFICATIVA .....	9
1.4 METODOLOGIA .....	10
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>13</b>
2.1 HISTÓRIA DO COOPERATIVISMO .....	13
2.1.1 História do cooperativismo no Mundo e seus principais modelos .....	14
2.1.1.2. Características dos Principais Modelos do Cooperativismo no Mundo .....	14
2.1.2 História do Cooperativismo no Brasil .....	18
2.1.3 História do Cooperativismo em Santa Catarina .....	23
<b>3 MODELO DE GESTÃO DAS COOPERATIVAS</b> .....	<b>25</b>
3.1 ESTRUTURA DO SISTEMA COOPERATIVISTA.....	29
<b>4 COMPORTAMENTO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO</b> .....	<b>31</b>
4.1 EVOLUÇÃO NO BRASIL .....	31
4.2 EVOLUÇÃO EM SANTA CATARINA.....	38
4.3 BREVES COMPARAÇÕES .....	42
4.3.1 Ativos Totais .....	43
4.3.2 Patrimônio Líquido.....	44
4.3.3 Depósitos Totais .....	45
4.3.4 Crédito Pessoa Física.....	46
4.3.5 Crédito Pessoa Jurídica.....	46
4.3.6 Lucro Líquido .....	48
<b>5 EVOLUÇÃO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO POR MICRORREGIÃO DE SANTA CATARINA</b> .....	<b>50</b>
5.1 MICRORREGIÃO DE ARARANGUÁ .....	50
5.2 MICRORREGIÃO DE BLUMENAU .....	51
5.3 MICRORREGIÃO DE CAMPOS DE LAGES .....	52

5.4 MICRORREGIÃO DE CANOINHAS .....	53
5.5 MICRORREGIÃO DE CHAPECÓ .....	54
5.6 MICRORREGIÃO DE CONCÓRDIA .....	55
5.7 MICRORREGIÃO DE CRICIÚMA .....	56
5.8 MICRORREGIÃO DE CURITABANOS .....	57
5.9 MICRORREGIÃO DE FLORIANÓPOLIS .....	58
5.10 MICRORREGIÃO DE ITAJAÍ .....	58
5.11 MICRORREGIÃO DE ITUPORANGA .....	59
5.12 MICRORREGIÃO DE JOAÇABA .....	60
5.13 MICRORREGIÃO DE JOINVILLE .....	60
5.14 MICRORREGIÃO DE RIO DO SUL .....	61
5.15 MICRORREGIÃO DE SÃO BENTO DO SUL .....	62
5.16 MICRORREGIÃO DE SÃO MIGUEL D'OESTE .....	63
5.17 MICRORREGIÃO DE TABULEIRO .....	63
5.18 MICRORREGIÃO DE TIJUCAS .....	64
5.19 MICRORREGIÃO DE TUBARÃO .....	65
5.20 MICRORREGIÃO DE XANXERÊ .....	65
<b>6 CONCLUSÃO .....</b>	<b>67</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>68</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

Segundo Sobrinho e Soares (2015), o cooperativismo em sua essência é uma espécie de mutualismo - fenômeno sociológico definido como a relação na qual, grupos sociais fornecem benefícios mútuos e assistenciais a membros que deles carecem. Todavia, o cooperativismo difere-se do mutualismo por três principais características: é uma atividade mais formalizada, geralmente com base legal específica; organiza-se como sociedade de pessoas, com objetivos em comum, portanto, sua governança é exercida pelos próprios cooperados dentro do princípio da unicidade de voto, não importando o valor da contribuição (ou do investimento); e por último, o resultado econômico (sobra) é distribuído a partir do princípio de que, quem mais recebe é quem mais usa a cooperativa e não, apenas quem mais investe.

De acordo com o Relatório de Inclusão Financeira do ano de 2015, a importância das cooperativas de crédito está na oferta cada vez maior de produtos e serviços aos seus cooperados de modo esses os sejam oferecidos de maneira mais barata e com uma maior qualidade, uma vez que atende ao interesse/demanda exclusivo de seus cooperados, sem visar o lucro. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015)

Por sua natureza, as Cooperativas de Crédito apresentam-se especialmente aptas a atender estratos sociais e municípios de regiões mais carentes, ajudando, dessa forma, a impulsionar a inclusão financeira e o desenvolvimento econômico regional.

Os autores Jacques e Gonçalves (2016) destacam que:

O setor cooperativo é de singular importância para a sociedade, na medida em que promove a aplicação de recursos privados e assume os correspondentes riscos em favor da própria comunidade na qual se desenvolve. Por representar iniciativas diretamente promovidas pelos cidadãos, é importante para o desenvolvimento local, especialmente nos aspectos de formação de poupança e de financiamento de iniciativas empresariais, que trazem benefícios evidentes em termos de geração de empregos e de distribuição de renda.

Ademais, Meinen (2016), destaca que ao impulsionar esse desenvolvimento local e assegurar que esses recursos sejam investidos na própria comunidade de origem, a cooperativa cria um círculo virtuoso que é a geração de novos empregos, aumento do consumo e, por via elevação das receitas tributárias, amplia a capacidade de investimento em saúde e na educação das populações residente.

Tendo por base esses argumentos, esse trabalho tem por objetivo, estudar a evolução dos números das cooperativas de crédito no estado de Santa Catarina comparado as

cooperativas da região sul, do Brasil e do Sistema Financeiro Nacional. E também demonstrar a evolução do número de cooperativas de crédito por microrregião do estado.

## 1.2 OBJETIVOS

Os objetivos deste trabalho podem ser divididos em Gerais e Específicos.

### 1.2.1 Objetivo Geral

Analisar evolução das cooperativas de crédito em Santa Catarina e por microrregião do estado.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Apresentar um breve histórico do cooperativismo e seus princípios;
- b) Analisar o modelo cooperativista e sua estrutura;
- c) Demonstrar a evolução das cooperativas de crédito no estado de Santa Catarina comparando com as cooperativas da região sul, do Brasil e do Sistema Financeiro Nacional;
- d) Demonstrar a evolução do número de cooperativas por microrregião do estado.

## 1.3 JUSTIFICATIVA

No âmbito do Sistema Financeiro Nacional, constata-se um movimento expansionista do cooperativismo de crédito a partir da década de 1990. Esse segmento vem se constituindo como importante elemento no incremento econômico de regiões estagnadas, proporcionando inclusão financeira para parcela da população de menor poder aquisitivo, gerando emprego e renda, auxiliando na redução da pobreza e contribuindo para o aumento da eficiência do Sistema Financeiro Nacional. (CHAVES, 2011).

Em 1936, Keynes argumentou a importância do setor financeiro (da moeda e do crédito) para manter a demanda efetiva num nível compatível com o pleno emprego da força de trabalho. Desta forma, é necessário ter crédito para ter desenvolvimento, mas segundo Stallings e Studart (2006), os bancos estão centrados em regiões, sobretudo mais desenvolvidas. Prova disso, são os dados do Relatório de Inclusão Financeira de 2015, onde consta que em 6,4% dos municípios brasileiros não contavam com atendimento bancário por agências e PAs, sendo atendidos somente por correspondentes e PAEs. Desses municípios, 1,9% era atendido apenas por Cooperativas de Crédito. (Banco Central do Brasil, 2015).

Esse trabalho terá como tema central evolução das cooperativas de crédito no estado e também por microrregião de Santa Catarina, demonstrando o quanto o setor está presente na vida do seu cooperado. Isso se dá porque ele assume os riscos de suas aplicações em prol da comunidade em que as instituições se localizam, promovendo o desenvolvimento local através da formação de poupança e do microcrédito direcionado a iniciativas empresariais locais (SOARES; MELO, 2007). Tendo assim, por objetivo verificar a evolução das cooperativas de crédito perante o cenário nacional, regional e microrregional.

#### **1.4 METODOLOGIA**

A abordagem utilizada para a presente pesquisa é fundamentalmente quantitativa, exploratória e descritiva. A fonte de dados para a realização da investigação teve como base levantamento documental e institucional e o recolhimento de informações em banco de dados de fontes primárias e secundárias específicas. Para se identificar as informações e a situação econômica do cooperativismo de crédito, foi realizada uma pesquisa bibliográfica junto a alguns autores, servindo de fonte para esclarecer conceitos e ideias a respeito do assunto tratado.

Além desta primeira parte introdutória com a metodologia que o compõe, o capítulo I busca estabelecer alguns dos aspectos conceituais do cooperativismo de crédito. Será tratado no capítulo II, o primeiro objetivo específico, que é apresenta a história do cooperativismo de crédito no Mundo, posteriormente no Brasil e após, em Santa Catarina, conjuntamente com os principais modelos de cooperativismo de crédito no mundo. O capítulo III, abordará o segundo objetivo específico, onde demonstrará o modelo de gestão das cooperativas de crédito e suas diferenças perante Bancos Comerciais e a estrutura do sistema cooperativista no Brasil. Já no capítulo IV, será demonstrada a evolução das cooperativas de crédito no Brasil, conjuntamente será analisado a evolução das cooperativas de crédito em Santa Catarina no âmbito nacional e regional, sendo este o penúltimo objetivo específico. No capítulo V, será abordado o último objetivo específico do trabalho, que será exposto a evolução do número de cooperativas de crédito por microrregião do estado.

O trabalho feito nesta pesquisa é de extrema importância para o tema da evolução do sistema cooperativista em contraponto do Sistema Financeiro Nacional, mostrando que sua participação em níveis do SFN vem crescendo por meio do resultado do papel econômico e social que as cooperativas exercem, gerando desenvolvimento local e regional. Sendo que seu objetivo é distribuição das “sobras”, na promoção do bem-estar social das pessoas inseridas no sistema de cooperação e não, a busca incessante do lucro.

O presente trabalho utilizará como dados quantitativos dessa pesquisa principalmente o Relatório de Inclusão Financeira do Banco Central do Brasil, do ano de 2015 e também dados disponibilizados pela Organização das Cooperativas de Santa Catarina (OCESC). Os quais darão todas as informações necessárias a esse trabalho.

Como base teórica para demonstrar a causalidade entre dados, será utilizado principalmente Sobrinho e Soares (2015) e Meinen (2016), pois os mesmos apresentam uma análise mais atual do tema estudado.

Segundo Meinen (2016), cada vez mais as pessoas estão indo atrás de motivações para suas escolhas, procurando instituições que tenham algo a mais a oferecer e nesse modelo, o cooperativismo acolhe tanto os papéis de consumidor e de empreendedor. Modelo que acolhe a expectativa da nova sociedade.

Para Robert J. Shiller (Nobel de Economia em 2013), “o movimento cooperativo constitui uma inovação essencial para uma boa e nova sociedade. Portanto, uma iniciativa sempre atual para esse propósito, uma vez que, embora, reconheça a livre iniciativa, não tem lucro como objetivo”. Associando o mutualismo cooperativo a empatia e “neurônio-espelho” (*mirror neuron*), valores a que precedido e inspirado, ele concluiu: “cooperativismo é sinônimo de boa sociedade”. (SHILLER, 2013).

Seguindo essa linha, atualmente no mundo tem 2,6 milhões de cooperativas, resultando em aproximadamente um bilhão de cooperados, significando 14% da população do planeta, ou seja, uma em cada sete pessoas é cooperada. Sendo que as cooperativas têm um total de 100 milhões de empregados e reunindo mais de US\$ 20 trilhões em ativos. (Dados extraídos do 1º censo cooperativo global, coordenado por Dave Grace & Associates/EUA, entre 2013 e 2014).

Meinen (2016) destaca que:

No Brasil, há em torno de 15 milhões de cooperados. Somando as famílias dos associados, o total de pessoas envolvidas no cooperativismo nacional aproxima-se de 50 milhões. As riquezas produzidas pelas 10 mil cooperativas em atividade, que empregam mais de 500.000 trabalhadores (sendo 361.000 apenas no sistema OCB), representam 10% do PIB nacional. Seus produtos, são exportados para uma centena e meia de países e, em 2015, geraram divisas superiores a US\$ 5 bilhões anuais. No setor agropecuário a economia cooperativa alcança praticamente 50% da produção do país, e na área da saúde suplementar, responde por mais de 30% de todos os planos de assistência médico-odontológica. No âmbito de mercado financeiro, as cooperativas já atuam na metade dos municípios brasileiros e sua de atendimento expande aceleradamente.

Com isso, pode-se verificar que a força do cooperativismo mundial está chegando ao Brasil, e o papel desta pesquisa é fazer um levantamento de dados que demonstrem tal

evolução das cooperativas de crédito no estado de Santa Catarina, tendo como comparação o Sistema Financeiro Nacional (SFN).

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 HISTÓRIA DO COOPERATIVISMO

#### 2.1.1 História do Cooperativismo no Mundo e seus principais modelos

Os primeiros movimentos para a organização do que se entende como “cooperativas”, segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) (2016), aconteceram durante a Revolução Industrial. Até o século XVIII, o artesanato era a forma de produção mais frequente. No entanto, com o advento da máquina a vapor e da Revolução Industrial (1760-1850), artesões, tecelões e pequenos produtores atravessaram numa difícil situação econômica, pois viram suas atividades diminuídas.

Em busca melhor qualidade, educação e salários justos, essas pessoas passaram a se reunir, buscando um modelo associativo que pudesse ajudá-las. Assim surgiu o movimento cooperativista, como um processo de cooperação, em oposição ao individualismo, e como forma de reação ao capitalismo e aos socialismos então praticados.

O marco data de 21 de dezembro de 1844, quando 28 pessoas – em sua maioria tecelões habitantes de Rochdale, a cidade da Inglaterra próxima a Manchester – fundaram a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale. Buscando assim, uma alternativa do sistema econômico vigente, os tecelões constituíram uma cooperativa de consumo em Toad Lane (Beco do Sapo), por meio da poupança mensal de cada participante. Sendo que no primeiro ano, o capital dessa sociedade atingiu 180 libras e, cerca de dez anos, o Armazém de Rochdale já contava com 1.400 cooperados.

Sendo que essa cooperativa de Rochdale, teve como as características principais: a responsabilidade ilimitada e solidária dos associados; a singularidade de votos dos sócios; independentes do número de quotas-partes; a área de atuação restrita; a ausência de capital social e a não-distribuição de sobras excedentes ou dividendos.

O sucesso do Armazém de Rochdale passou a ser um exemplo para outros grupos na Inglaterra. Desde então, cooperativas têm surgido em vários setores em torno e posteriormente em todas as partes do mundo.

Na Alemanha, também teve o pioneirismo na criação das primeiras Cooperativas de Crédito Urbanas fundadas por Herman Schulze. A mesma ficou conhecida como cooperativa do tipo “Schulze-Delirzsch”. Essas cooperativas diferenciavam-se das cooperativas do tipo Raiffeisen por preverem o retorno das sobras líquidas proporcionalmente ao capital, a área de atuação não restritas e ao fato de seus dirigentes serem remunerados.



Posteriormente a isso, Meinen e Port (2014), explicam que o cooperativismo de crédito/financeiro se espalhou rapidamente para a Europa, tornando-se referência para o desenvolvimento no mundo do setor. Sob a inspiração das cooperativas Raiffeisen e Schulze-Delitzsch, surgiram, além das cooperativas Haas, na Alemanha, outras cooperativas de crédito em diversos países. Entre estas se destacam as do tipo Luzzatti e Wollemborg, na Itália.

Sendo que desde 1844, o cooperativismo evoluiu e conquistou um espaço próprio, definido por uma nova forma de pensar o ser humano, o trabalho e o desenvolvimento social, pois tem as pessoas – e não o lucro – como principal objetivo.

No continente americano, a primeira cooperativa de crédito surgiu no Canadá em 1900, na cidade de Lévis, estado de Quebec (colonizado por franceses), dando origem ao Movimento Desjardins, fundado por Alphonse Desjardins e que serviu de inspiração para as primeiras cooperativas fundadas nos Estados Unidos. (MEINEN; PORT, 2014).

O cooperativismo é aceito por todos os governos modernos e é reconhecido como fórmula democrática para a solução de problemas socioeconômicos.

#### 2.1.1.2 Características dos Principais Modelos do Cooperativismo no Mundo

Após o surgimento dos Pioneiros de Rochdale em 1844, várias formas e modelos de cooperativismo foram criados. Em relação ao ramo crédito, muitos tipos de cooperativas foram inicializados e organizados. Dentre todos, é impossível deixar de comentar a existência dos seis tipos, os quais são os mais antigos e mais importantes do mundo: Schulze Delitzsch, Raiffeisen, Luzzatti, Haas, Wollemborg e Desjardins.

##### 1) Schulze-Delitzsch

Foi em Delitzsch, pequena cidade alemã que o juiz Schulze-Delitzsch (1808 – 1883), ansiava solucionar os problemas econômicos e sociais que afligiam os moradores da região (MENEZES, 2004). Como resposta a estes problemas, o juiz criou, em 1849, uma cooperativa de crédito destinada à classe média urbana composta por artesãos, comerciantes e pequenos industriais. Apesar de ser uma cooperativa adaptada a classe média, permitia a participação de qualquer cidadão indiferente da classe social. (PINHO, 1977).

As principais características do modelo por ele idealizado podem ser resumidas nos seguintes pontos:

- a) o capital da sociedade é constituído através de quotas-partes integralizadas pelos associados, adotam o princípio de self-help;
- b) há a constituição de fundo de reserva geralmente limitado a dez por cento do capital subscrito;
- c) distribuição dos ganhos entre os sócios sob a forma de dividendo;
- d) responsabilidade solidária e ilimitada dos sócios pelos negócios da entidade.
- e) não é associação classista, sendo permitida a participação de todas as categorias econômicas, todavia, dirige-se mais especificamente à classe média urbana;

## 2) Raiffeisen

O modelo Raiffeisen de cooperativa de crédito foi criado por Friedrich Wilhelm Raiffeisen (1818-1888) durante o século XIX na Alemanha. Servidor público que muitas vezes ocupou o cargo de prefeito de algumas cidades pobres alemãs implantou o ideal de cooperativismo para os camponeses em seu país. (MENEZES, 2004).

Segundo Menezes (2004), as cooperativas de crédito do tipo Raiffeisen fundamentam-se no princípio cristão de amor ao próximo e, embora adotem a ajuda mútua, admitem auxílio de caráter filantrópico.

Além dessas, apresentam outras características como:

- a) responsabilidade solidária e ilimitada quanto aos negócios realizados pela sociedade;
- b) grande valorização da formação moral do associados;
- c) não remuneração dos dirigentes da sociedade;
- d) não distribuição de retorno;
- e) defesa da ideia de organização de um banco central para atender às necessidades das cooperativas de crédito.

As Caixas de Crédito Raiffeisen funcionam como bancos rurais e têm como principais características:

- a) responsabilidade ilimitada e solidária dos associados;
- b) singularidade de votos dos sócios;
- c) área de atuação restrita;
- d) ausência de capital social;
- e) não distribuição de sobras que são guardadas em um fundo de reserva.

Ainda hoje este tipo de cooperativa é bastante popular na Alemanha, tendo influenciado, sobremaneira, a constituição das cooperativas de crédito rural brasileiras.

### 3) Haas

As cooperativas do tipo Haas foram inspiradas pelos dois modelos alemães citados acima, representando mais uma transição entre ambos. Foram idealizadas por Wilhelm Haas (1838-1913), com o intuito de consolidar a independência dos agricultores. Segundo ele, a cooperativa de crédito é capaz de obter, mediante o auxílio-mútuo, aumento do crédito agrícola, compra em comum de maquinaria e ferramentas a serem empregadas na agricultura, seguro agrícola, melhoria na qualidade e redução dos preços dos produtos, maior rapidez na exploração e transformação dos produtos agrícolas, entre outros benefícios.

Haas não se preocupava com os aspectos éticos e cristãos da entidade cooperativa, interessando-lhe apenas o seu caráter econômico. (PINHO, 1977).

### 4) Luzzatti

Descendente de rica família israelita de Veneza, Luigi Luzzatti (1841-1927), enxergava o cooperativismo como um instrumento transformador da sociedade decadente, por isso o professor universitário organizou em seu país uma cooperativa de crédito inspirada nos modelos Schulze-Delitzsch e Raiffeisen. (MENEZES, 2004).

Segundo Oliveira (1979), nas cooperativas Luzzatti a responsabilidade dos associados para com a cooperativa é limitada, dependendo das quotas-partes subscritas. Conforme Menezes (2004), outra característica do modelo italiano de cooperativa de crédito é a criação de múltiplos cargos de diretores, que tinha como objetivo favorecer o contato pessoal entre as pessoas possibilitando maiores negócios.

Os bancos populares Luzzatti adotavam o princípio do *self-help*, ou seja, onde os próprios cooperados realizavam seu atendimento (completamente ou em partes) através de máquinas. Mas admitiam ajuda estatal sob a forma de suporte, até que a sociedade fosse capaz de assumir por sua própria conta e risco todas as responsabilidades do negócio.

São características desse tipo de cooperativa:

- a) valorização das qualidades morais dos associados e fiscalização recíproca a fim de criar em favor da entidade um ambiente de confiança e idoneidade moral;
- b) concessão de empréstimo através da palavra de honra;

- c) não remuneração dos administradores.

#### 5) Wollemborg

Wollemborg admitia a responsabilidade solidária e ilimitada dos associados quanto aos negócios realizados pela entidade. Não se ocupava tanto do aspecto moral, mas preocupava-se mais com o caráter financeiro da sociedade. Não admitia a remuneração dos dirigentes, nem a distribuição de retorno. (PINHO, 1977).

Segundo Pinho (1977), as cooperativas Wollemborg surgiram na Itália a partir de 1883, com a criação de uma cooperativa de crédito em Pádua. Mais tarde, em 1884, Wollemborg escreveu “*Le Casse Cooperativi Di Prestiti*”, obra em que expôs as principais normas a serem adotadas pelas cooperativas que idealizara. Em 1888, fundou uma federação de cooperativas de crédito na Itália.

#### 6) Desjardins

No início do século XX (em 06/Dez/1900) surgiu, no Canadá, o cooperativismo de crédito Desjardins. Idealizado por Alphonse Desjardins, essa espécie de cooperativa de crédito foi inspirada nos modelos Raiffeisen, Schulze-Delitzsch e Luzzatti, na tradição dos *saving banks* dos Estados Unidos e nos valores religiosos vivenciados por seu idealizador. O modelo criado por Desjardins unia as funções de poupança e de crédito popular, com o intuito de mediante o auxílio mútuo, criar nos cooperados o hábito da economia sistemática para o atendimento de necessidades profissionais, familiares e pessoais, bem como conduzi-los à prática da autogestão democrática e à autoproteção contra os abusos do sistema financeiro da época.

Preocupado em fortalecer as instituições cooperativistas e promover a unidade do movimento, Desjardins empenhou-se em construir um sistema federado, com um órgão centralizador, que oferecesse a prestação de serviços de educação, assistência técnica, divulgação das cooperativas de crédito e promovesse a estabilização econômica dessas cooperativas, mediante a constituição de uma Caixa Central. O modelo Desjardins de cooperativa de crédito teve rápida expansão em todo o mundo, inspirando, ainda hoje, grande parcela das cooperativas de crédito em funcionamento nos mais diferentes países. (MENEZES, 2004).

### 2.1.2 História do Cooperativismo no Brasil

No Brasil, embora haja indícios da existência, desde 1640, de algumas iniciativas baseadas no auxílio mútuo em seguida à chegada dos jesuítas, o cooperativismo propriamente dito iniciou-se no fim do século XIX.

Assim, as cooperativistas de crédito no Brasil surgiram em um momento em que, segundo Santos (2005), o desemprego que assombrou a Europa, os imigrantes chegaram ao País com muito entusiasmo e disposição para trabalhar, entretanto, encontraram no território brasileiro situação diversa daquela prometida, pois, as terras ofertadas localizavam-se longe dos centros urbanos, os terrenos localizavam-se em pequenos vales, dificultando o plantio agrícola, não havia incentivo estatal na concessão de crédito, tanto no estímulo para investir nas terras, adquirindo insumos, quanto na estruturação, para construção de estradas, pontes.

O padre Jesuíta Theodor Amstad em 1899, o missionário de origem suíça, onde com conhecimento das cooperativas já presentes na Europa, notou em suas missões essas várias carências socioeconômicas dos imigrantes estabelecidos na região e assim, o missionário deu origem a primeira cooperativa em São Sebastião do Caí/RS. Sendo que essa cooperativa pertencendo ao estilo *Bauervrein*, formada por fiéis católicos e evangélicos. Em 1909 essa cooperativa foi extinta, pois, por obrigatoriedade da lei, a mesma teve que se tornar um sindicato.

Inspirada pelo modelo da cooperativa fundada pelo padre Amstad, o qual continuou difundindo seus conhecimentos, em 1902 foi fundada em Nova Petrópolis/RS a mais antiga instituição financeira cooperativa da América Latina, a Caixa de Economia e Empréstimo Amstad, atualmente conhecida como Sicredi Pioneira RS. Segundo Meinen e Port (2014): “As cooperativas criadas nessa época, a exemplo da Pioneira, seguiam normalmente o modelo alemão *Raiffeisen* (de caixas rurais), que se adaptava ao perfil econômico social das comunidades dos imigrantes alemães, caracterizadas pela presença nas pequenas localidades, com capital limitado. ”

Entre 1902 e 1964, ainda surgiriam 66 cooperativas de crédito do tipo *Raiffeisen* no Rio Grande do Sul.

Como comando específico para cooperativas de crédito, dispunha o artigo 23:

As cooperativas de crédito agrícola que se organizarem em pequenas circunscrições rurais, com ou sem capital social, sob a responsabilidade pessoal, solidária e ilimitada dos associados, para o fim de emprestar dinheiro aos sócios e receber em depósito suas economias, gozarão de isenção de selo para às operações e transações de valor não excedente a 1.000\$ (um conto de réis) e para os seus depósitos.

Segundo Meinen e Port (2014), em 8 de setembro de 1932 no Rio Grande do Sul, foi concebido a primeira central brasileira do ramo (Central das Caixas Rurais da União Popular do Estado do Rio Grande do Sul), concebendo crédito até mesmo para a aquisição de terra. No mesmo ano, foi atribuída ao Ministério da Agricultura a incumbência da fiscalização das cooperativas de crédito.

Uma norma do Poder Legislativo de 1932 reformou as disposições vigentes à época relativas às cooperativas de crédito. Por essa norma, as cooperativas de crédito foram definidas como:

(Aqueles que) têm por objetivo principal proporcionar a seus associados crédito e moeda, por meio da mutualidade e da economia, mediante uma taxa módica de juros, auxiliando de modo particular o pequeno trabalho em qualquer ordem de atividade na qual ele se manifeste, seja agrícola, industrial, ou comercial ou profissional, e, acessoriamente, podendo fazer, com pessoas estranhas à sociedade, operações de crédito passivo e outros serviços conexos ou auxiliares do crédito. (BRASIL, 1932).

Assim, também foram definidas as características de cada um dos tipos de cooperativas, referindo-se aos bancos centrais populares, para financiamento de cooperativas, e aos bancos centrais agrícolas, para financiamento de um ou mais produtos agrícolas determinados, diretamente aos lavradores, ou por intermédio de cooperativas locais, caixas rurais e bancos agrícolas municipais.

Segundo Jacques e Gonçalves (2016), o fato da supervisão e fiscalização das cooperativas de crédito estarem no passado, sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura, se justificava em razão do Brasil ser à época, uma economia primário-exportadora, centrada na produção agrícola para atender suas necessidades de consumo interno e para exportação.

Depois que a economia começou a diversificar e houve um dinamismo econômico especialmente no Sudeste/Sul, e com isso o Ministério da Fazenda criou a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), em 1945. Já em 1964, em decorrência de ampla reforma bancária, as cooperativas de crédito foram consideradas instituições financeiras e, então, coube ao Banco Central do Brasil autorizar seu funcionamento e fiscalizá-las.

Pode-se dizer que as cooperativas de crédito tinham as mesmas liberdades de atuação das instituições bancárias. Por isso, no período que vai de 1932 a 1964 observa-se um grande “boom” de cooperativas de crédito, com objetivos distintos e também sem alguma relação com a produção agrícola. As novas cooperativas de crédito mútuo desenvolveram em quantidade espetacular, apesar de não terem muitas vezes qualquer vínculo com o mercado agropecuário. (SANTOS, 2005).

Em 1961 surgiram no Brasil um novo modelo de cooperativa de crédito, as cooperativas de economia e crédito mútuo, sendo montadas primeiramente nas regiões Nordeste e Sudeste. Pouco antes do golpe militar, o governo começou a lançar medidas restritivas ao surgimento de cooperativas no Brasil, e com o Decreto n.º. 1.503/63 suspendeu as autorizações para criação de novas cooperativas de crédito ou de seção de crédito (BÚRIGO, 2007).

Com o golpe militar, aumentou a preocupação com relação às atividades de muitas instituições. A respeito das cooperativas de crédito, as experiências infelizes e mal-intencionadas fizeram com que a confiança nestas instituições fosse abalada consideravelmente. Como em outras áreas, a junta militar governativa aplicou uma severa ação de fiscalização e intervenção estatal tanto na autorização quanto no funcionamento das cooperativas de crédito. Contudo, muitas cooperativas foram encerradas, principalmente as Luzattis, pois utilizavam “Banco” na sua denominação. (SANTOS, 2005).

Posteriormente pela reformulação da legislação bancária (Lei 4.595/64), em que foram fortemente prestigiados os bancos oficiais como instrumentos canalizadores de recursos para o campo. Os órgãos de normatização e de controle também decidiram restringir o espectro societário e operacional das cooperativas. Não bastasse a recaída regulatória e opção privilegiada pelas instituições financeiras públicas no sistema de crédito rural, alguns administradores, entre 1930 a 1960, especialmente de cooperativas do tipo Luzzatti, resolveram ainda, destoar dos melhores padrões de gestão (por vezes confundindo interesse coletivo com interesse particular, que faziam prevalecer). Isso tudo fez com que, nos anos seguintes, sucumbisse a quase totalidade das outrora sólidas, híidas e úteis entidades associativas, incluindo todas as cooperativas centrais, então em atividade. (MEINEN; PORT, 2014).

Nos anos que se seguiram, amparado pela legislação restritiva, o Banco Central do Brasil desenvolveu rigorosa fiscalização sobre cooperativismo de crédito, sendo responsável pelo o cancelamento do registro e autorização para funcionamento de muitas cooperativas. Segundo Tenório Filho<sup>1</sup>, “um dos motivos alegados pela fiscalização além de outras irregularidades, segundo notícias da época, era o regime de dinastia presidencial adotada, ficando sempre a presidência da cooperativa na mesma família.”.

Já no início dos anos 80, Meinen e Port (2014), com a diminuição dos recursos destinados ao financiamento da atividade rural e com o recrudescimento do quadro

---

<sup>1</sup> Conforme Tenório Filho, em sua obra “Pelos Caminhos do Cooperativismo”, (1999) p. 128.

inflacionário, abriu-se nova possibilidade para o movimento. Assim, no Rio Grande do Sul, liderado por Mário Krueel Guimarães<sup>2</sup>, o cooperativismo de crédito teve o seu ressurgimento. Reconstituindo o modelo na forma de sistema de dois níveis, reagrupando as nove das treze cooperativas sobreviventes no estado, fazendo-as serem coordenadas por uma nova e remodelada central estadual, a Cooperativa Central de Crédito Rural do Rio Grande do Sul – Ltda. – COCECRER, fundada em 27/10/1980 – hoje Central Sicredi Sul.

Após essa iniciativa arrojada de Mário Krueel Guimarães, inúmeras novas cooperativas de crédito rural surgiram no Rio Grande do Sul, expansão que se fez sentir em outros estados, onde logo em seguida foram formadas centrais. Casos, por exemplo, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Pernambuco e Bahia. Sendo que, esse cenário também representou as lideranças do cooperativismo de crédito mútuo (urbano), criando as suas próprias centrais. (MEINEN; PORT, 2014).

A partir de 1992, colhendo os efeitos benéficos do novo padrão regulamentar que começava a ser ditado sob os auspícios do Banco Central do Brasil, as cooperativas de crédito urbanos, composta de múltiplos setores econômicos-profissionais, efetivamente começaram a ter mais representatividade ao das cooperativas de crédito rural. Em 1995 (com a aprovação do BACEN no mesmo ano), foi constituída a primeira cooperativa de crédito de empreendedores do país, feito que coubesse à Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Comerciantes de Confecções de Pará de Minas Ltda. – ASCICRED (atualmente de livre admissão).

Ao longo dos anos 1990, pós Plano Real, observou-se um novo ciclo de expansão do cooperativismo de crédito no país, principalmente nos centros urbanos, onde se estabeleceram grandes cooperativas como a Unicred, Unimed e Uniodonto, além das cooperativas de crédito mútuo de livre admissão e cooperativa de outros tipos; como por exemplo: as compostas por empresários, que nasceram com o objetivo de aumentar as possibilidades de crédito para as empresas, e as de livre admissão (BÚRIGO, 2007).

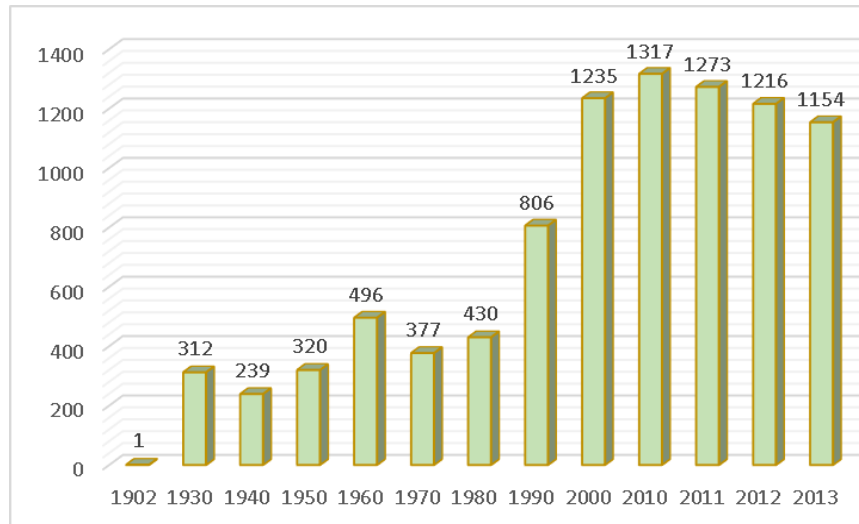
Nos anos 1990 foi intenso o ritmo de criação de novas cooperativas que somavam mais de 800 unidades no início da década. No gráfico 1 pode-se ver o comportamento desde 1902.

Gráfico 1 – Evolução do número de cooperativas de 1902 até 2013.

---

<sup>2</sup> Diretor-Vice-presidente da Fecotriogo.





Fonte: Pinho (2010).

Em 31 de agosto de 1995, com a Resolução 2.193, permitiram a constituição de bancos comerciais controlados por cooperativas de crédito, os bancos cooperativos. Depois, com a Resolução 2.788, de 30 de novembro de 2000, admitiria a constituição de bancos múltiplos cooperativos. Os bancos cooperativos conceberam uma transformação expressiva em relação ao formato marcado pela existência do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), ao permitir que o sistema cooperativo de crédito controlasse um banco comercial ou banco múltiplo. O Bansicredi foi o primeiro banco cooperativo do Brasil, com sede em Porto Alegre, constituído em 16 de outubro de 1995 e autorizado a funcionar em 17 de abril de 1996. Um ano depois, seria autorizado a funcionar segundo banco cooperativo do Brasil, o Bancoob. Já em agosto de 2001, o Bansicredi se converteu em banco múltiplo (PINHEIRO, 2008).

Vale ressaltar também a Resolução n. 3.321/2005 que estabelece que pedidos de constituição de novas cooperativas desse tipo somente serão examinados caso a população da respectiva área de atuação não exceda trezentos mil habitantes. Caso a população da área de atuação exceda esse número, é possível, entretanto, que uma cooperativa em funcionamento há mais de três anos solicite uma alteração estatutária para se transformar em livre admissão. Ainda assim, a mesma norma estabelece que sua área de atuação deva se limitar a um ou mais municípios contíguos com população não superior a 750 mil habitantes. Tal número foi ampliado para dois milhões de habitantes pela Resolução n.º. 3.442/2007 e, mais recentemente, a Resolução n.º. 3.859/2010 retirou essa limitação, permanecendo apenas o limite de trezentos mil habitantes na área de atuação de novas cooperativas de livre admissão.

Em 2013, por recomendações Basileia III, houve três novas Resoluções n.º. 4.192, 4.193 e 4.194. A primeira e segunda têm com o objetivo estabelecer regras para captação de recursos via Depósito Interfinanceiro Vinculado ao Crédito Rural (DIR), para cooperativas de crédito agrícola. A terceira tem o objetivo de permitir que as cooperativas de crédito emitissem letras financeiras para financiamento de operações de crédito de médio e longo prazo, além de garantir fonte adequada para a composição do capital regulamentar.

Finalmente, em 2015, a Resolução n. 4.434 classificou as cooperativas de crédito em três categorias: plenas (autorizadas a realizar operações complexas, quase todas as permitidas para um banco comercial), clássicas (autorizadas a realizar operações de baixa complexidade) e as de capital e empréstimo (não podem captar recursos ou depósitos).

### 2.1.3 História do Cooperativismo em Santa Catarina

A primeira cooperativa de crédito a ser fundada no Estado catarinense surgiu de um empreendedorismo de colonização efetuado pela entidade filantrópica Volksverein<sup>3</sup>, financiada pelo banco Sparkasse<sup>4</sup>, a partir de 1926. Sendo que essa associação, foi a Associação dos Alemães Católicos do Rio Grande do Sul, fundada pelo Pe. Teodor Amstad, em 1912. A entidade Volksverein planejou a instalação de uma colônia de cunho confessional exclusivamente para descendentes de alemães de religião católica. Sendo que, o local escolhido foi Itapiranga, que originalmente teve o nome de Porto Novo. A fundação da colônia de Porto Novo/Itapiranga aconteceu em 26 de fevereiro de 1926, sendo aceita como a data de fundação do atual município de Itapiranga. (JUNGBLUT, 2000).

A propaganda veiculada no Rio Grande do Sul sobre as “maravilhas” de Porto Novo foi intensa. Para tanto foram usados panfletos, jornais revistas e livretos especiais, além do apoio da Igreja católica e campanhas feitas por gerentes das Sparkassen e líderes comunitários. A Volksverein contava com pessoas para passar de vila em vila e arregimentar interessados em migrar para a nova colônia. Os padres jesuítas foram grandes incentivadores do projeto e, dada sua credibilidade perante os colonos, sua propaganda tinha um grande poder de convencimento entre as famílias de colonos. (HAHN, 2005, p. 26).

A Volksverein foi a responsável por adquirir os lotes na região, a partir disso, eles vendiam os lotes a preço maior para os agricultores da região, custava-lhes entre três contos e trezentos mil réis a cinco contos e quinhentos mil réis, dependendo de sua localização. A venda era feita de forma parcelada, onde o comprador tinha que dar um conto de réis de

<sup>3</sup> Organização social filantrópica criada em 1912, no Rio Grande do Sul, tinha por objetivo reunir os alemães para preservar os bons costumes, a cultura e a religião católica.

<sup>4</sup> Nome dado às cooperativas de crédito dos colonos do Rio Grande do Sul (Banco do colono para colono).

entrada e o restante era financiado pela Caixa União Popular por quatro anos, a uma taxa de 7% de juros ao ano. Para quem pagasse à vista, tinha um desconto de 10%, porém era cobrada a taxa de setenta mil réis a título de despesas administrativas. (JUNGBLUT, 2000).

Foi assim que se originou a Caixa Rural União Popular do Porto Novo, em 1932, distrito de Chapecó, atualmente município de Itapiranga, e depois alterada para Cooperativa de Crédito Rural Itapiranga Ltda. Apesar de a pioneira ser datada de 1932, as cooperativas de Alto Bela Vista em Concórdia, Mondai, São Carlos entre outras cidades do oeste Catarinense, existem desde 1926. (OCESC, 2003)

Já o movimento Cooperativo teve sua representatividade oficializada no estado em 1º de agosto de 1964, na cidade de Blumenau, quando foi instituída a Associação das Cooperativas de Santa Catarina - ASCOOP. Nesta reunião foram traçados os passos iniciais para a uniformidade do cooperativismo no Estado. Sete anos depois, em 28 de agosto de 1971 foi constituída a Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina - OCESC, órgão que vigora até os dias atuais (COOPER A1, 2008).

Segundo a OCESC (2003), a partir da década de 80 houve um intenso movimento de restabelecimento do cooperativismo de crédito iniciado no Estado do Rio Grande Sul. O Estado de Santa Catarina, segundo os dados da OCESC (2003), incentivado pelo movimento do Estado gaúcho iniciou estudos na área sob a coordenação da OCESC e com o apoio das Cooperativas Agropecuárias.

Em 1984 foram constituídas cinco cooperativas, sendo que uma delas foi o enquadramento da pioneira de Itapiranga. Após o surgimento de novas cooperativas de crédito e a constituição das Cooperativas Centrais de Crédito Rural, Mútuo e Urbano, o ramo se estruturou no estado catarinense. (OCESC, 2003).

### 3 MODELO DE GESTÃO DAS COOPERATIVAS

Segundo os autores Vitorino e Benato (1994, apud SILVA et al., 2000, p.47) o cooperativismo é uma doutrina que ele tem como base a cooperação. E através dessa operam como um sistema reformista da sociedade que quer obter resultados positivos, por meio de um trabalho coletivo que abrange o lado social; ou seja, uma cooperativa é uma organização constituída por membros de determinado grupo econômico ou social, com o objetivo principal de desempenhar, em benefício de todos, determinada atividade.

Esses autores descrevem que as premissas do cooperativismo são:

- a) identidade de propósitos e interesses;
- b) ação conjunta, voluntária e objetiva para coordenação de contribuição e serviços;
- c) obtenção de resultado útil e comum a todos.

Silva et al. (2000, p. 48) acrescentam que “O cooperativismo se apresenta como alternativa juridicamente segura e conduz a uma terceirização mais distributiva, redistribuindo a renda ao eliminar a intermediação, proporcionando a autonomia de trabalho”.

A OCESEC (2009) orienta que “Cooperativa é uma sociedade de, no mínimo, 20 (vinte) pessoas físicas, com um interesse em comum, economicamente organizada de forma democrática, isto é, com a participação livre e igualitária dos cooperados, aos quais presta serviços, sem fins lucrativos.”.

Deste modo, as atividades de atuação das cooperativas brasileiras foram organizadas e catalogadas para facilitar suas identificações. Entre as atividades mais visualizadas encontram-se: a) agropecuária; (2) consumo; (3) crédito; (4) educacional; (5) especial; (6) habitacional; (7) de infraestrutura; (8) mineral; (9) de produção; (10) de Saúde; (11) de Trabalho; (12) de Turismo e de (13) Lazer (COOPERCAMPOS, 2008).

Apesar dessa classificação, o Art. 5º da LEI 5.764/71 (2008, p. 1) traz que “As sociedades cooperativas poderão adotar por objeto qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, assegurando-lhes o direito exclusivo e exigindo-lhes a obrigação do uso da expressão "cooperativa" em sua denominação.”.

Mesmo assim, para sua constituição as cooperativas contam com alguns princípios norteadores. Eles constam no Art. 4º da Lei 5.764/71 (2008) e, em resumo, são: (1) adesão voluntária e livre; (2) gestão democrática pelos membros; (3) participação econômica dos membros; (4) autonomia e independência; (5) educação, formação e informação; (6) Intercooperação e (7) interesse pela comunidade.

No sentido da Gestão Democrática pelos membros, a autogestão é o forte dessa doutrina. Singer (2004, p. 77) aponta que:

Talvez a principal diferença entre a economia capitalista e a solidária seja o modo como às empresas são administradas. A primeira aplica a heterogestão, ou seja, a administração hierárquica, formada por níveis sucessivos de autoridade, [...] A empresa solidária pratica a autogestão.

Está última (autogestão) concretiza-se por meio de Assembleias. Neste caso, os níveis mais altos são delegados pelos mais baixos e são responsáveis perante os mesmos. A autoridade maior é da assembleia dos sócios que decidem as diretrizes a serem adotadas por todos.

Já Soares, Moreira e Bernardo-Rocha (2005) descrevem que novos modelos de gestão cooperativa têm avançado expressivamente. E com isso, traçado uma nova direção que indica para a economia de mercado. E, conseqüentemente, tem mudado, substancialmente, a relação com os cooperados; cujo objetivo é a industrialização e a agregação de valor.

Para eles, as cooperativas atualmente têm sido influenciadas pelos processos inovativos de industrialização, sendo forçadas a buscar cada vez mais qualidade e produtividade sob pena de não sobreviverem frente à forte competitividade.

Cooper A1 (2008), adverte que os cooperados possuem direitos. Entretanto, também devem cumprir seus deveres. Uma lista desses direitos e deveres é traçada, entre os direitos estão: (1) utilizar os serviços prestados pela cooperativa; (2) tomar parte nas assembleias gerais, discutindo e votando os assuntos que nelas forem tratados; (3) propor ao Conselho de Administração e às Assembleias Gerais as medidas que julgar convenientes aos interesses do quadro social; (4) efetuar, com a cooperativa, as operações que forem programadas; (5) obter, durante os trinta dias que antecedem a realização da assembleia geral, informações a respeito da situação financeira da cooperativa, bem como sobre os Balanços e os Demonstrativos; (6) votar e ser votado para cargos no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal; (7) no caso de desligamento da cooperativa, retirar o capital, conforme estabelece o estatuto.

E os deveres são: (1) integralizar as quotas-partes de capital; (2) operar com a cooperativa; (3) observar o estatuto da cooperativa; (4) cumprir fielmente com os compromissos em relação à cooperativa; (5) respeitar as decisões da Assembleia Geral e do Conselho Diretor; (6) cobrir sua parte, quando forem apuradas perdas no fim do exercício; (7) participar das atividades desenvolvidas pela cooperativa.

Em suma, percebe-se que uma cooperativa é um movimento mundial que através da união de pessoas se constitui uma organização de natureza civil e jurídica próprias, cujos

afiliados atuam em torno do bem comum, para tal têm um conjunto de direitos a usufruir e deveres a cumprir. Essa união se concretiza por meio de uma ou mais atividades desempenhadas pelos seus afiliados, cuja gestão se dá através de um sistema de auto-gestão.

Assim, segundo BCB (2016), para uma cooperativa sustentável está alicerçada em valores como:

a) solidariedade: a essência reside no compromisso, na responsabilidade que todos têm uns aos outros, fazendo a força do conjunto e assegurando o bem de cada um dos membros, tornando o empreendimento sólido;

b) Liberdade: direito de escolha da entidade cooperativa por parte do interessado, tanto na hora do ingresso quanto no momento da saída, podendo o indivíduo, como cooperado, mover-se e manifestar-se de acordo com a sua vontade e consciência, respeitados os limites estabelecidos coletivamente.

c) Democracia: está diretamente relacionada ao pleno direito de o associado participar da vida da cooperativa em toda a sua dimensão, especialmente pela palavra e pelo voto, implicando, em contrapartida, respeito às decisões majoritárias.

d) Equidade: manifesta-se, fundamentalmente, pela garantia da igualdade de direitos, pelo julgamento justo e imparcialidade, tanto em aspectos econômicos quanto sociais.

e) Igualdade: impede a segregação em razão de condição socioeconômico, raça, gênero ou sexo, ideologia política, opção religiosa, idade ou qualquer outra preferência ou características pessoal. A todos devem ser assegurados os mesmos direitos e as mesmas obrigações.

f) Responsabilidade: tem a ver com a assunção e o cumprimento de deveres. Como cooperado e indivíduo é a responsável pela viabilidade do empreendimento, incumbindo-lhe operar com a cooperativa e participar das atividades sociais.

g) Honestidade: ligada à verdade por excelência, é uma das marcas de pessoas de elevado caráter. Tem a ver com a retidão, probidade e honradez.

h) Transparência: respeito à clareza, àquilo que efetivamente é, sem ambiguidade, sem segredo. No meio cooperativo todos têm que ter reconhecimento preciso sobre a vida da sua entidade: sua gestão, seus números, suas regras.

i) Consciência Socioambiental: conectada ao compromisso do empreendimento cooperativo, naturalmente de caráter comunitário, ao bem-estar das pessoas à proteção do meio ambiente compreendido na sua área de atuação do meio ambiente comprometido na sua área de atuação – preocupação que envolve desenvolvimento econômico e social e respeito ao equilíbrio e às limitações dos recursos naturais.

Portanto, por meio da união, é possível conquistar qualidade de vida melhor. Por isso, o cooperativismo é instrumento de desenvolvimento econômico e social para as pessoas e as comunidades. Os pressupostos econômicos do cooperativismo por evidenciar sua importância para a sociedade. É extremamente importante observar as diferenças marcantes entre o empreendimento cooperativos e as empresas, as quais são sociedades mercantis, conforme demonstro no quadro 1:

Quadro 1 – Diferença entre Bancos e Cooperativas de Crédito

<b>Bancos</b>	<b>Cooperativas de Crédito</b>
a) São sociedades de capital.	a) São sociedades de pessoas.
b) O poder é exercido na proporção do número de ações.	b) O voto tem peso igual para todos (uma pessoa, um voto).
c) As deliberações são concentradas	c) As decisões são partilhas entre muitos.
d) Os administradores são terceiros (homens de mercado).	d) Os administradores-líderes são do meio (associados).
e) O usuário das operações é mero cliente.	e) O usuário é próprio dono (cooperado).
f) O usuário não exerce qualquer influência na definição dos produtos e na sua precificação.	f) Toda a política operacional é decidida pelos próprios usuários/donos (associados).
g) Podem tratar distintamente cada usuário.	g) Não podem distinguir: o que vale para um, vale para todos (art. 37 da Lei nº 5.764/71).
h) Preferem o público de maior renda e as maiores corporações.	h) Não discriminam, servindo a todos os públicos.
i) Priorizam os grandes centros (embora não tenham limitação geográfica).	i) Não restringem, tendo forte atuação nas comunidades mais remotas.
j) Têm propósitos mercantilistas .	j) A mercancia não é cogitada (art. 79, parágrafo único, da Lei nº 5.764/71).
k) A remuneração das operações e serviços não tem parâmetro/limite.	k) O preço das operações e dos serviços tem como referência os custos e como parâmetro as necessidades de reinvestimento.
l) Atendem em massa, priorizando, ademais, o autosserviço.	l) O relacionamento é personalizado/individual, com o apoio da informática.
m) Não têm vínculo com a comunidade e o público-alvo.	m) Estão comprometidas com as comunidades e os usuários.
n) Avançam pela competição.	n) Desenvolvem-se pela cooperação.
o) Visam ao lucro por excelência.	o) O lucro está fora do objeto, seja pela sua natureza, seja por determinação legal (art. 30 da Lei nº 5.764/71).
p) O resultado é de poucos donos (nada é dividido com os clientes).	p) O excedente (sobras) é distribuído entre todos (usuários) na proporção das operações individuais, reduzindo ainda mais o preço pago pelos cooperados e aumentando a remuneração dos seus investimentos.
q) No plano societário, são regulados pela Lei das Sociedades Anônimas.	q) São reguladas pela Lei Cooperativista e por legislação própria.

Fonte: Meinen e Port (2014).

### 3.1 ESTRUTURA DO SISTEMA COOPERATIVISTA

As cooperativas possuem uma estrutura que as representa e as defende no mundo todo, conforme figura 1:

Figura 1 – Estruturas do sistema cooperativas



Fonte: OCB (2016).

Segundo a OCB (2016), o nível mais alto do sistema é a Aliança Cooperativa Internacional (ACI). A ACI, fundada em Londres, em 1895, é uma associação formada pelos órgãos de representação do sistema cooperativista de cada um dos 96 países filiados. Tendo sua sede em Bruxelas, na Bélgica. Essa associação não governamental e independente, reúne, representa e presta apoio às cooperativas e suas correspondentes organizações objetivam a integração, autonomia e desenvolvimento do cooperativismo.

No âmbito do continente americano essa articulação é feita pela Organização das Cooperativas da Américas (OCA). É uma associação civil de alcance continental, sem fins lucrativos, que tem por objetivo representar as organizações cooperativas dos países das Américas. Sendo o braço regional da ACI, busca difundir e vender os princípios do cooperativismo no continente. Foi constituída em 1990 tem sede em São José, na Costa Rica, e hoje possui 96 membros, distribuídos por 22 países da região.

Já a representação de todo o sistema cooperativista nacional cabe à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), organização do sistema cooperativista brasileiro, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, criada em 1969 por ocasião do IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo, realizado em Belo Horizonte. A OCB é uma entidade representativa do cooperativismo no país, responsáveis pela promoção, fomento e defesa do sistema



cooperativismo brasileiros em todas as instancias políticas e institucionais, no Brasil e no exterior.

Cada estado tem a sua Organização das Cooperativas do Estado (OCE), que em Santa Catarina é a Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC), tendo por objetivo representar a OCB no estado, atuando como órgão de representação e consulta, com atribuições definidas no estatuto social da organização nacional, além de outras definidas de forma complementar em seu próprio estatuto social.

Abaixo das OCE's, ficam as sociedades cooperativas, que são classificadas como: cooperativas singulares ou de 1º grau, que tem o objetivo de prestar serviços diretos ao associado. É constituída por um mínimo de vinte cooperados. Já as centrais ou cooperativas de 2º grau, seu objetivo é organizar, em maior escala, os serviços das filiadas, facilitando a utilização recíproca dos serviços. É constituída por, no mínimo, três cooperativas singulares. As confederações ou cooperativas de 3º grau possuem personalidade jurídica própria e reúnem no mínimo três centrais, com o objetivo de defender seus interesses, promover a padronização, supervisão e integração operacional, financeira, normativa e tecnológica.

Segundo o FGCOOP (2016), no Brasil, o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC) é composto por:

- a) Quatro sistemas de cooperativas de crédito de terceiro nível, são eles: confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária (Confesol), Confederação Nacional das Cooperações do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB), Confederação Interestadual das Cooperativas ligadas ao SICREDI (SICREDI), e a Confederação Nacionais das Cooperativas Centrais da UNICRED's (UNICRED do Brasil);
- b) Cinco sistemas organizados em segundo nível (centrais): Cecoopes – Central das Cooperativas de Economia e Crédito Mútuo do Estado do Espírito Santo, Cecred – Central das Cooperativas de Crédito Urbano, Cecrers - Central das Cooperativas de Crédito Mútuo do Rio Grande do Sul, CrediSIS – Cooperativa Central de Crédito Noroeste Brasileiro, e Uniprime Central - Central Interestadual de Cooperativas de Crédito.
- c) Cooperativas singulares de crédito não filiadas a centrais.

## 4 COMPORTAMENTO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO

### 4.1 EVOLUÇÃO NO BRASIL

As cooperativas são um importante instrumento de desenvolvimento em muitos países, o último Censo Global do Cooperativismo, realizado pela ONU em 2014, apontou a existência de mais de 2,6 milhões de cooperativas em todo o mundo, somando mais de 1 bilhão de membros e clientes. O estudo também indica mais de 12,6 milhões de postos de trabalho gerados por empreendimentos cooperativos. Sendo que, esse número não inclui as 982.400 cooperativas agrícolas da China, cujos dados sobre emprego não estavam disponíveis na época da pesquisa.

O Censo Global do Cooperativismo ainda destaca que a França é o país com maior número de cooperados (membros e clientes), mas a Nova Zelândia é o país com maior geração de empregos cooperativos. Entre os ramos cooperativos, as agropecuárias são as que mais se destacam em número de cooperativas (mais de 1 milhão), enquanto as cooperativas financeiras são as que reúnem maior quantidade de membros (mais de 700 milhões).

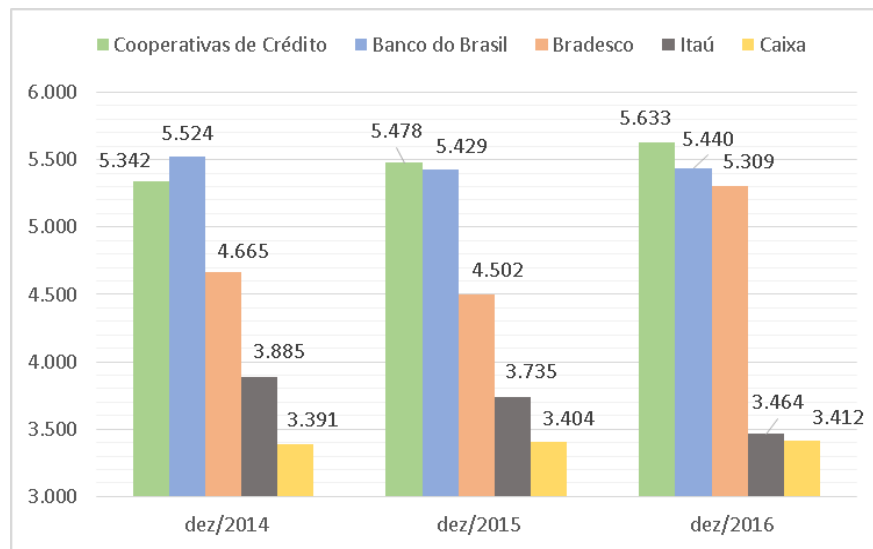
De acordo com a edição de 2016 do Observatório Mundial das Cooperativas, as 300 maiores cooperativas do mundo apresentaram crescimento de 7% no período, com faturamento de U\$ 2,53 bilhões, um incremento de 7,20% em relação dos US\$ 2,36 que foi apresentado em 2015.

Na França, estão três das maiores cooperativas mundiais: a maior cooperativa financeira do mundo, a maior de consumo e a maior de viagens e turismo. A maior cooperativa industrial é da vizinha Espanha. Já a maior cooperativa de seguros global é norte-americana. Enquanto a República da Coreia tem a maior cooperativa agrícola do mundo. E o Brasil também se destaca no ranking, com a maior cooperativa social (de saúde) do planeta, a Confederação Nacional das Cooperativas Médicas Unimed do Brasil.

Esses números demonstram o potencial de crescimento do cooperativismo de crédito no Brasil, segmento considerado ainda extremamente modesto se comparado ao de países mais desenvolvidos. O cooperativismo de crédito no Brasil respondia, em dezembro de 2014, por 3,25% das operações de crédito realizadas no âmbito da área bancária do Sistema Financeiro Nacional, atendendo a mais de cinco milhões de pessoas. Como resposta aos diversos aperfeiçoamentos regulamentares, o cooperativismo de crédito no Brasil iniciou um processo de franca expansão, sem deixar de lado, os aspectos prudenciais e de segurança, necessários a um crescimento em bases consistentes.

Comparando o somatório das unidades de atendimento das cooperativas singulares com as agências dos bancos comerciais (conforme gráfico 2), o cooperativismo de crédito se apresentou como a maior rede de atendimento nos últimos cinco trimestres. Sendo houve um grande aumento de postos de atendimentos do Banco Bradesco decorrente da aquisição do HSBC.

Gráfico 2 – Unidades de Atendimento Cooperativo e agências bancárias



Fonte: BACEN (2016)

De fato, cada vez mais os regulamentos aplicáveis às cooperativas de crédito estão se aproximando daqueles exigidos para as demais instituições financeiras, sem, contudo, deixarem de resguardar os princípios próprios do cooperativismo.

O quadro 2 mostra a quantidade de cooperativas por tipo e ramo de atividade, onde é possível perceber a pequena quantidade relativa de cooperativas de livre admissão em áreas de atuação com população superior a 750 mil habitantes. Percebe-se, portanto, que a grande mudança na regra para a transformação de cooperativas em livre admissão se deu em 2007, quando houve uma ampliação significativa da população relativa à área de atuação da cooperativa (de 350 mil habitantes para 2 milhões).

Quadro 2 – Tipos de cooperativas de crédito no Brasil

<b>Tipo</b>	<b>Quantidade</b>	<b>% do total</b>
Conferação	2	0,2%
Cooperativas Centrais	36	3,2%
Crédito Rural	211	19,0%
Crédito Mútuo/Atividade Profissional	103	9,3%
Crédito Mútuo/Empregados	365	32,8%
Crédito Mútuo/Vínculo Patronal	28	2,5%
Crédito Mútuo/Empreendedores - Micro e Pequenos	10	0,9%
Crédito Mútuo/Livre Admissão - até 300 mil habitantes	155	13,9%
Crédito Mútuo/Livre Admissão - de 300 mil a 750 mil habitantes	73	6,6%
Crédito Mútuo/Livre Admissão - de 750 mil habitantes a 2 milhões de habitantes	68	6,1%
Crédito Mútuo/Livre Admissão - acima de 2 milhões de habitantes	18	1,6%
Crédito Mútuo/Origens diversas	39	3,5%
Luzzatti	5	0,4%
<b>Total</b>	<b>1113</b>	<b>100,0%</b>

Dados: BACEN (2015).

Para essa demonstração de evolução do cooperativismo de crédito ao longo dos anos, serão utilizados dados no Panorama do Cooperativismo de Crédito publicado pelo Banco Central e também o Relatório Anual do FGCoop, ambos com base ao ano de 2016.

Conforme já citado anteriormente, o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC) está estruturado em sistemas compostos por cooperativas singulares, cooperativas centrais ou federações de cooperativas e confederações de cooperativas;

Em 31 de dezembro de 2016, havia quatro confederações:

- a) Confederação Nacional das Cooperativas Centrais de Crédito e Economia Familiar e Solidária – Confesol;
- b) Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob,
- c) Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi;
- d) Confederação Nacional das Cooperativas Centrais Uniced.

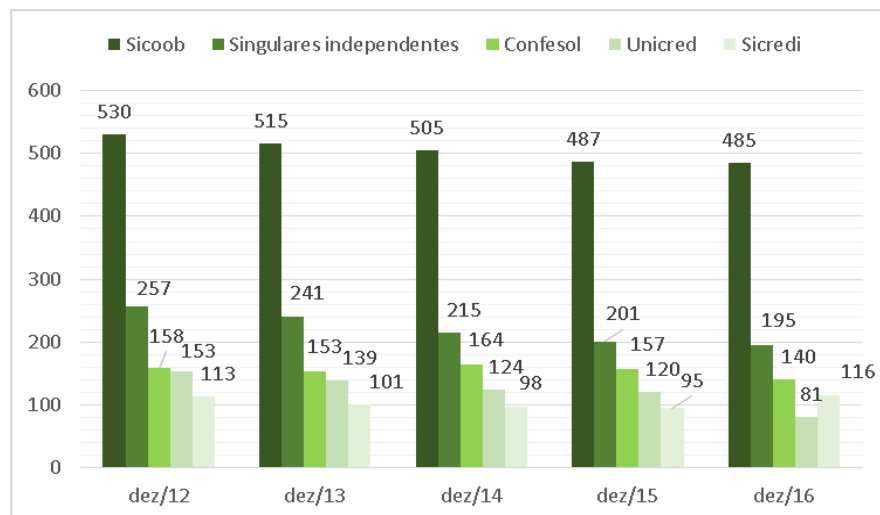
Contando assim com 35 centrais e 1.017 singulares em atividade no país. Além disso, havia também dois bancos cooperativos (Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob e Banco Cooperativo Sicredi S.A. – Bansicredi).

Confesol e Confederação Unicred são instituições financeiras devidamente autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BC). As demais são confederações de serviços e de representação. Os serviços financeiros às singulares e centrais filiadas às confederações Sicoob e Sicredi são fornecidos pelos bancos cooperativos Bancoob e Bansicredi, respectivamente.

Além dos quatro sistemas de três níveis hierárquicos citados anteriormente, havia cinco sistemas de dois níveis hierárquicos em atividade, compostos por cooperativas centrais às quais estavam filiadas 47 singulares que serão tratadas como pertencentes a um único sistema, denominado: Centrais Independentes. Também existiam 195 singulares não filiadas à central que serão tratadas como pertencentes a um único sistema, denominado Singulares Independentes.

Conforme gráfico 3, procurando maior eficiência operacional, o segmento cooperativista de crédito passa por um processo de consolidação iniciado há alguns anos, que tem proporcionado ganhos de escala significativos para as singulares.

Gráfico 3 - Evolução do número de cooperativas de crédito singulares por sistema



Fonte: Unicad (2016).

Em 2016, esse processo teve sequência com o cancelamento das autorizações para funcionamento de 46 cooperativas, enquanto apenas três foram autorizadas a funcionar. O número de singulares em atividade diminuiu de 1.060, em dezembro de 2015, para 1.017, em

dezembro de 2016. O principal motivo por que 46 singulares tiveram o cancelamento da sua autorização para funcionar foi à incorporação, com 40 ocorrências, conforme quadro 3.

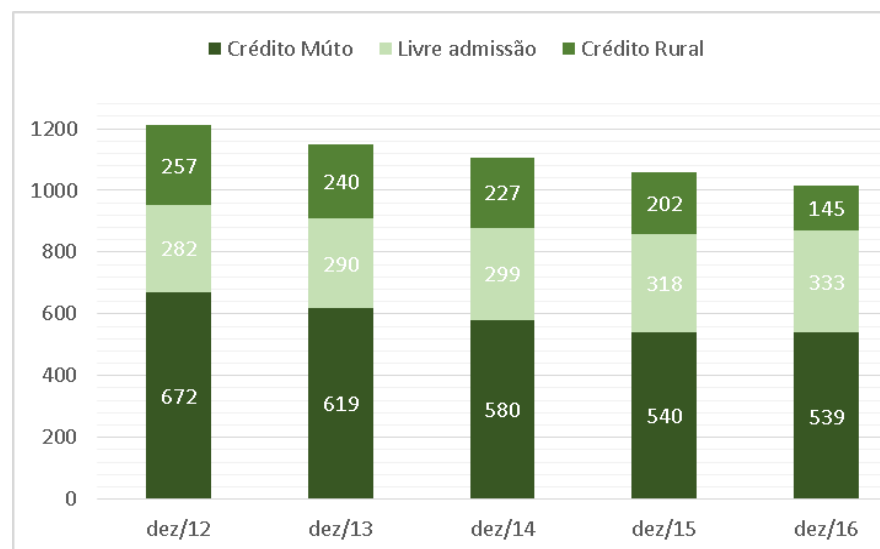
Quadro 3 - Motivos para encerramento de atividade em cooperativas singulares

Motivo	2012	2013	2014	2015	2016
Incorporação	30	42	35	40	40
Liquidação ordinária	17	15	8	9	4
Iniciativa do BC	11	7	3	2	2
Outros	3	2	1	2	-
Total	61	66	47	53	46

Fonte: Unicad (2016).

Em 25 de junho de 2003, o Conselho Monetário Nacional aprovou a Resolução nº 3.106, que tornou a possibilitar a constituição de cooperativas de crédito de livre admissão de associados dentro de sua área de atuação, respeitados certos limites populacionais, o que veio a possibilitar uma expansão ainda mais acentuada do cooperativismo de crédito no Brasil, tornando-o cada vez mais assemelhado com o que é praticado nos principais centros econômicos mundiais. Sendo que em 2016 o Banco Central do Brasil autorizou o início das atividades de apenas duas singulares de livre admissão de associados, seis cooperativas de crédito rural e dezesseis de crédito mútuo foram autorizadas a transformarem-se em livre admissão de associados ao longo do ano. Em 31 de dezembro de 2016, havia 145 singulares de crédito rural, 333 de livre admissão de associados e 539 de crédito mútuo em atividade, conforme segue gráfico 4:

Gráfico 4 - Evolução do número de cooperativas de crédito singulares por tipo

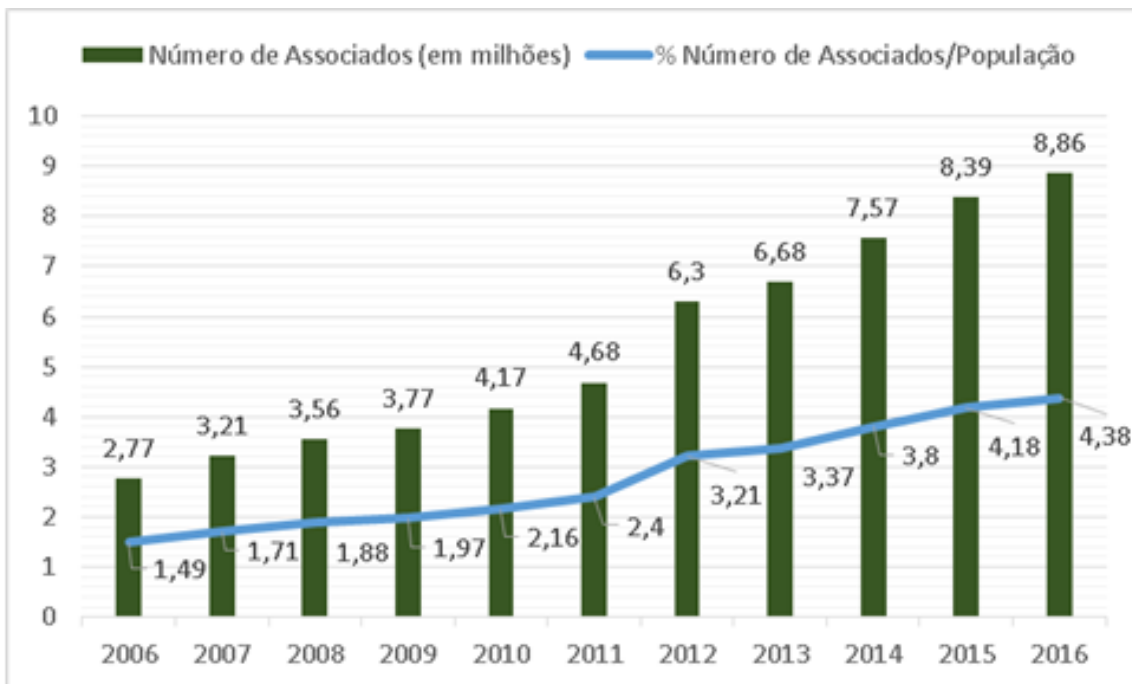


Fonte: Unicad (2016)

Apesar do potencial de crescimento do segmento no Brasil e da importância que vem adquirindo, é grande o desconhecimento sobre cooperativismo de crédito em nosso País, por parte do público em geral, sendo que cada uma das 27 unidades federativas sedia uma cooperativa de Crédito. Sendo que em está diminuindo lentamente esse desconhecimento, conforme gráfico 5, ao longo dos anos o número de associados vem crescendo. Em 2016 o número de associados a uma cooperativa de crédito é de 4,38% da população total.

Nos países onde o cooperativismo de crédito é mais representativo, a relação entre o número de associados e a população total é alta, como por exemplo na França, no Canadá e nos Estados Unidos onde o percentual de associados é de aproximadamente 60%, 32% e 31%, respectivamente. Na Alemanha, 22% da população é associada ao cooperativismo de crédito, no entanto, existem clientes que não são associados, deste modo, essa relação aumenta para 37%. (FGCOOP, 2016).

Gráfico 5 – Número de cooperados em relação à população total



Fontes: FGCoop (2016)

Por razões históricas e econômicas, a distribuição das sedes pelas diversas regiões geográficas concentra-se principalmente no Sudeste e no Sul do país, que, em 31 de dezembro de 2016, sediavam 48% e 31%, respectivamente, das singulares em atividade.

Podemos notar detalhes no Quadro 4:

Quadro 4 - Evolução da quantidade de singulares por região

<b>Região</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
Sudeste	571	545	527	504	490
Sul	379	351	343	333	317
Nordeste	111	102	94	93	88
Centro-Oeste	94	89	86	83	79
Norte	65	62	56	47	43
Total	1220	1149	1106	1060	1017

Fonte: Unicad (2016).

Mesmo com a redução do número de singulares em atividade no país, o número de postos de atendimento manteve o crescimento em todas as regiões e passou de 4.470, em dezembro de 2015, para 4.679, em dezembro de 2016, notando realmente que as fusões foram para fazer o cooperativismo de crédito crescer mais ainda. A região Norte apresentou o maior crescimento relativo, mas apresenta o menor número de unidades, que continuam concentradas no Sul e no Sudeste, com 2.359 e 1.505 unidades, respectivamente.

Podemos notar detalhes no Quadro 5:

Quadro 5 - Evolução do número de PAs por região

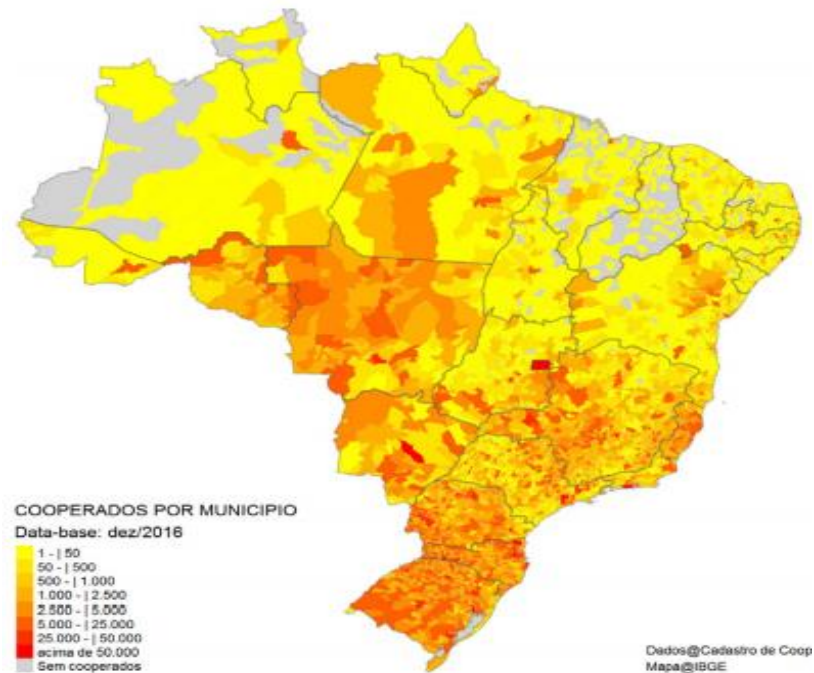
<b>Região</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
Sudeste	83	97	120	157	178
Sul	169	173	190	215	223
Nordeste	314	343	364	387	414
Centro-Oeste	1223	1281	1361	1440	1505
Norte	1934	2053	2178	2271	2359
Total	3723	3947	4213	4470	4679

Fonte: Unicad (2016).

Segundo BACEN (2017), grande destaque é a região Sul, onde 91% dos municípios contam com pelo menos uma unidade de atendimento. Considerando-se as unidades federativas individualmente, além do Distrito Federal, destacam-se os estados de Santa Catarina, Rondônia, Rio Grande do Sul e Espírito Santo, nos quais mais de 90% dos municípios são atendidos. Em sentido oposto, em alguns estados das regiões Norte e Nordeste, menos de 10% dos municípios são atendidos. O grau de penetração do cooperativismo de crédito no território nacional é elevado. Apenas no interior de alguns estados nordestinos, notadamente Piauí e Maranhão, e na porção mais ocidental da Amazônia, percebe-se a ausência de cooperados, conforme figura 2.



Figura 2 - Distribuição geográfica dos cooperados – Dez/2016



Fonte: IBGE (2016).

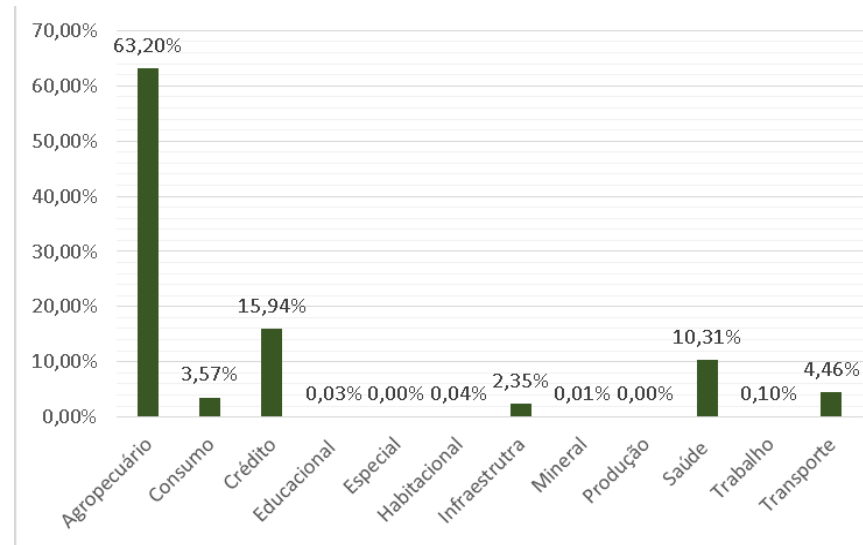
#### 4.2 EVOLUÇÃO EM SANTA CATARINA

Atualmente, segundo o presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC) e do Serviço Nacional de Aprendizagem de SC (Sescoop/SC), Luiz Vicente Szin, Santa Catarina é reconhecida como exemplo nacional de desenvolvimento porque as pessoas assumiram o compromisso com o cooperativismo. “Temos bons gestores, cooperados e colaboradores comprometidos, o que é essencial para manter o crescimento que vem sendo constante em todos os aspectos nos últimos anos”.

De acordo com a Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC) a expressão do setor é reconhecida nacionalmente: as 265 cooperativas catarinenses reúnem mais de 2 milhões de associados, mantêm 58 mil empregos diretos e faturam mais de R\$ 31,5 bilhões de reais por ano.

A maior receita do estado no setor de cooperativas vem através das cooperativas agropecuárias representando 63% do total da receita do estado. As cooperativas de crédito ficam responsáveis por 16% da receita, ficando em segundo lugar.

Gráfico 6 – Participação dos ramos sobre a receita total das cooperativas em 2016



Fonte: OCESC (2016)

O Cooperativismo de crédito no estado de Santa Catarina é apresentado por 103 singulares filiadas, quatro Centrais (Unicred, Sicoob, Sicredi e Confesol, tendo a troca do seu nome para Cresol) e a Confesol, confederação vinculada ao segmento de agricultura familiar solidária, como segue abaixo.

Quadro 6 – Distribuição por tipo de cooperativas de crédito em Santa Catarina

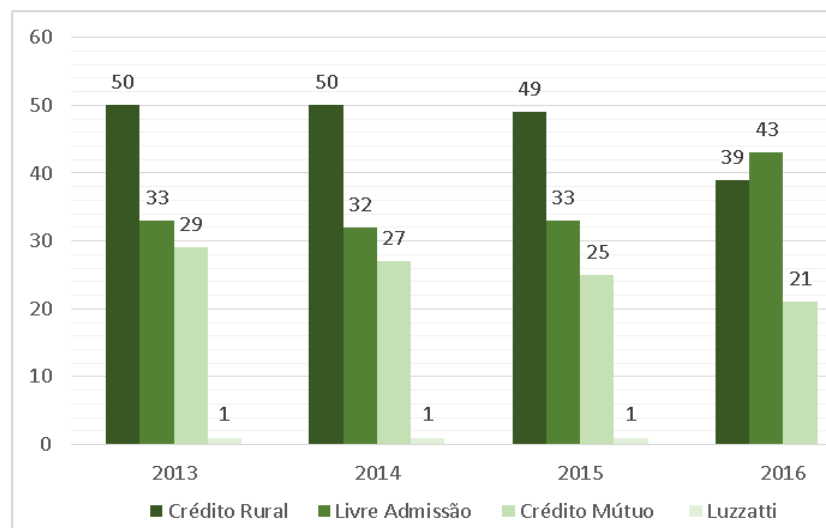
Tipo	Quantidade	% do Total
Confederação	1	0,9%
Centrais	4	3,5%
Crédito Mútuo - Atividade Profissional	5	4,4%
Crédito Mútuo - Empreendedores - Micros e Pequenos	2	1,8%
Crédito Mútuo - Empregados	9	8,0%
Crédito Mútuo - Empresários - Vínculo Patronal	2	1,8%
Crédito Mútuo-Orig Div. (inc. IV e V, par.1, art.12, R 3859)	6	5,3%
Crédito Mútuo-Orig Div. (inc.I a III, par.1, art.12, R 3859)	1	0,9%
Crédito Rural	49	43,4%
Livre Admissão - população até 300 mil habitantes	28	24,8%
Livre Admissão - população de 300 mil a 750 mil habitantes	1	0,9%
Livre Admissão - população de 750 mil a 2 milhões habitantes	3	2,7%

Livre Admissão - população acima de 2 milhões habitantes	1	0,9%
Luzzatti	1	0,9%
TOTAL	113	100,0%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do BACEN (2015).

Como pode-se perceber, conforme gráfico abaixo, que em 2016 nas cooperativas singulares houve um aumento nas cooperativas de crédito de livre associação e uma diminuição nas cooperativas de crédito rural e também de crédito mútuo, extinguindo a única cooperativa Luzatti do sistema também.

Gráfico 7 – Evolução por tipo de singular



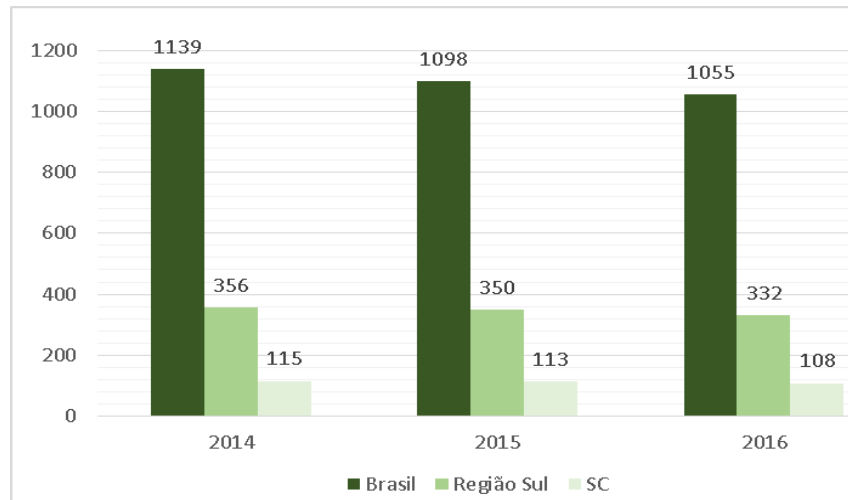
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do BACEN (2015).

As cooperativas de crédito filiadas ao sistema OCESC (2016) somam um total de 108 cooperativas (somando centrais e confederação), havendo um aumento de 2007 para 2008 pelo motivo que houve a Resolução n°. 3.442/20 onde, pode-se ter livre admissão em uma área com maior número de habitantes. Após isso, as cooperativas reduziram por vezes ao longo dos anos, pois, como já citado acima, que ocorreu em todo o Brasil, as cooperativas passaram por fases de fusões e incorporações que consolidam um processo de amadurecimento dos seus quadros sociais e diretivos

As cooperativas de crédito filiadas ao sistema OCESC no ano de 2016 somam um total de 108 cooperativas, havendo um aumento de 2007 para 2008 em virtude da Resolução n°. 3.442/20 onde se pode ter livre admissão em uma área com maior número de habitantes. Após isso, as cooperativas reduziram por vezes ao longo dos anos, pois, como já citado acima que ocorreu em todo o Brasil, as cooperativas passaram por fases de fusões e incorporações que consolidam um processo de amadurecimento dos seus quadros sociais e diretivos.

Como demonstra no gráfico 8 as cooperativas de crédito no cenário nacional tiveram um leve aumento em 2015, o qual levou uma retração em 2016 finalizando o ano com 1055 cooperativas em funcionamento.

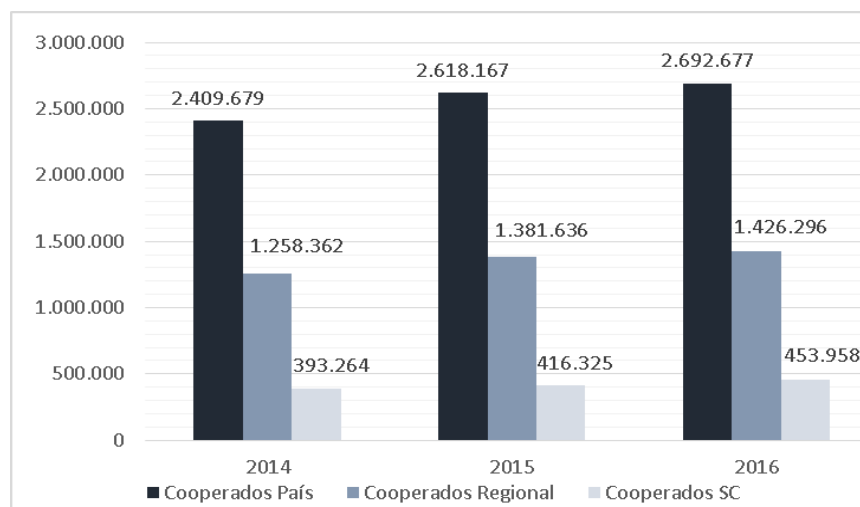
Gráfico 8 – Evolução do número de cooperativas de crédito em funcionamento



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de Cosif (2016).

Já a região sul e Santa Catarina tiveram uma retração de suas singulares. Porém pode-se notar que o número de cooperados aumentou substancialmente de um ano para o outro, conforme gráfico 9. No âmbito nacional, houve aumento de 11% de 2014 para 2016. Na região sul, o aumento causado foi de 13% e em Santa Catarina foi de 15%, mesmo acontecendo o processo de diminuição de cooperativas, assim podemos verificar que as mesmas estão realizando fusões a fim de melhorar sua capacidade e melhor atender o cooperado.

Gráfico 9 - Quantidade de cooperados

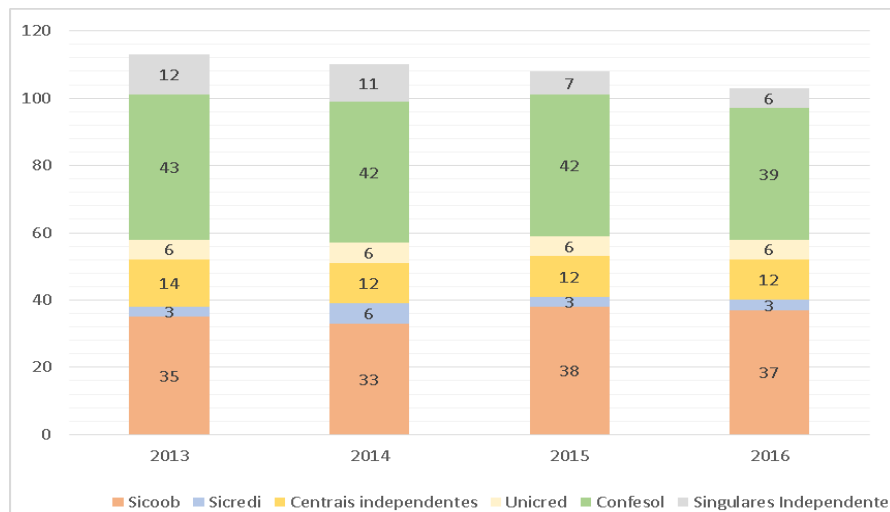


Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de Cosif (2016).

No gráfico 10, o Banco Central aponta que o segmento cooperativista de crédito passa por um processo de consolidação. Em 2016, esse processo teve sequência com o cancelamento das autorizações de 46 cooperativas, enquanto só três foram autorizadas a funcionar. Dos cancelamentos, 40 foram por incorporação.

Quando é visto a quantidade de cooperativas de crédito por sistema, nota-se no último ano que a Confesol, é a central com maior número de singulares no estado com representatividade de 37% no estado, 37 singulares. Já o Sicoob, possui 36% das singulares do estado seguido pelas Centrais Independentes, que representam 11%, contando com 12 singulares. Em quarto lugar a Unicred e as Singulares independentes, tendo 6% das cooperativas do estado. A central Sicredi possui a menor participação no estado, sendo responsável por 2%, 3 singulares.

Gráfico 10 – Evolução do número de cooperativas de crédito por central



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do BACEN (2016).

Tendo assim uma maior variação nas singulares independentes que teve uma redução de 50% em 3 anos. Desde a criação da OCESC, a quantidade de singulares que saíram do sistema foram 28, sendo dessas 15 eram singulares independentes, sendo que, 5 dessas foram incorporadas por outro sistema; 5 foram canceladas; 3 solicitaram desfiliação; 1 foi transferida para outro estado e 1 foi paralisada. (OCESC,2016).

#### 4.3 BREVES COMPARAÇÕES

Para ter uma base melhor de comparação, a partir dos dados apresentados abaixo sobre o cooperativismo de crédito em Santa Catarina, será conjuntamente apresentado o panorama do Brasil e da Região Sul, os quais são divididos com as seguintes nomenclaturas:

- a) SFN (Sistema Financeiro Nacional): Bancos Comerciais, Bancos Múltiplos, Caixa Econômica, Bancos de Investimentos, Bancos de desenvolvimento e Cooperativas de Crédito;
- b) Cooperativas Brasil: cooperativas de crédito de todo o País;
- c) Cooperativas Regional: Cooperativas de Crédito da região sul, composta pelo seguinte estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná;
- d) Cooperativas SC: Cooperativas de Crédito de Santa Catarina;

Os dados apresentados são retirados do Banco Central, disponibilizadas pela Cossif, com a base em 2016.

#### 4.3.1 Ativos Totais

Os Ativos totais, aqueles os quais compreende os bens e direitos da companhia, podemos verificar um aumento de 2014 para 2015 no Sistema Financeiro Nacional, porém uma leve diminuição em 2016 explicada pela retração do cenário econômico do País.

As cooperativas de crédito não tiveram tal retração pelo motivo de ter um aumento significativo no seu quadro de cooperados, também pelo aumento das suas operações de crédito, mas principalmente porque em janeiro de 2015 foi publicada a Lei nº 13.097/2015 que, em seu Art. 140, inclui dispositivo na Lei Geral das Cooperativas (Lei nº 5.764/1971), deixando expressa a manutenção das regras de contabilidade destas sociedades e assegurando que cotas-partes de cooperados do patrimônio líquido são ativos, alterando a Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, conhecida como ICPC 14, que antes as mesmas eram consideradas como passivo financeiro, conforme Quadro 7.

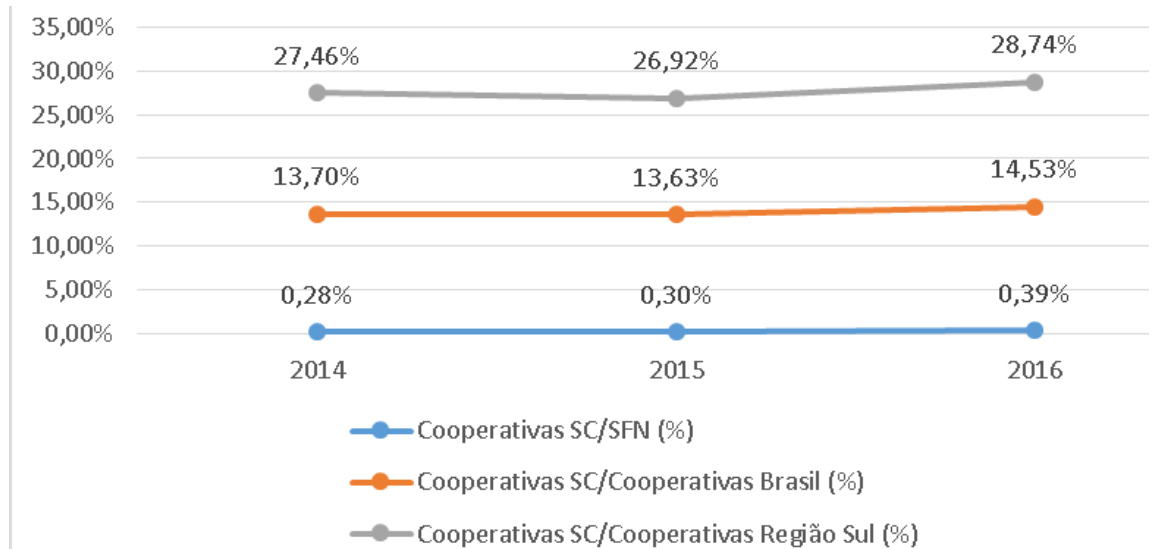
Quadro 7 – Ativos Totais

Ano	Ativos totais (Valores monetários em R\$ mil)			
	SFN	Cooperativas Brasil	Cooperativas Regional	Cooperativas SC
2014	R\$ 7.470.660.350,00	R\$ 150.915.769,00	R\$ 75.272.292,00	R\$ 20.669.934,00
2015	R\$ 8.298.578.838,00	R\$ 182.438.988,00	R\$ 92.347.692,00	R\$ 24.859.210,00
2016	R\$ 8.290.875.227,00	R\$ 221.351.432,00	R\$ 111.914.100,00	R\$ 32.158.858,00

Fonte: elaborado pela autora com nos dados Cossif (2016).

Na representatividade do estado podemos notar que em questões de ativos totais, Santa Catarina está em constante evolução, sendo assim responsável por 28,74% da região sul, 14,53% do País e do SFN 0,39%, conforme gráfico 11:

Gráfico 11 – Ativos Totais



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de Cossif (2016).

#### 4.3.2 Patrimônio Líquido

Como a Lei nº 13.097/2015 impactou os Ativos Totais, o patrimônio líquido também sofreu esse impacto passivo, pois, o mesmo tem por definição que todos os recursos dos proprietários formados por capital (dinheiro ou bens) entregues por eles à organização, ou por lucros gerados e retidos em várias contas de reservas, ou de lucros acumulados. Assim houve aumento significativo em todos níveis estudados, dando o destaque para a Região Sul e Santa Catarina, que tiveram um aumento de 38% no seu patrimônio líquido em dois anos, demonstrando como o cooperativismo vem se fortalecendo na região, conforme quadro 8.

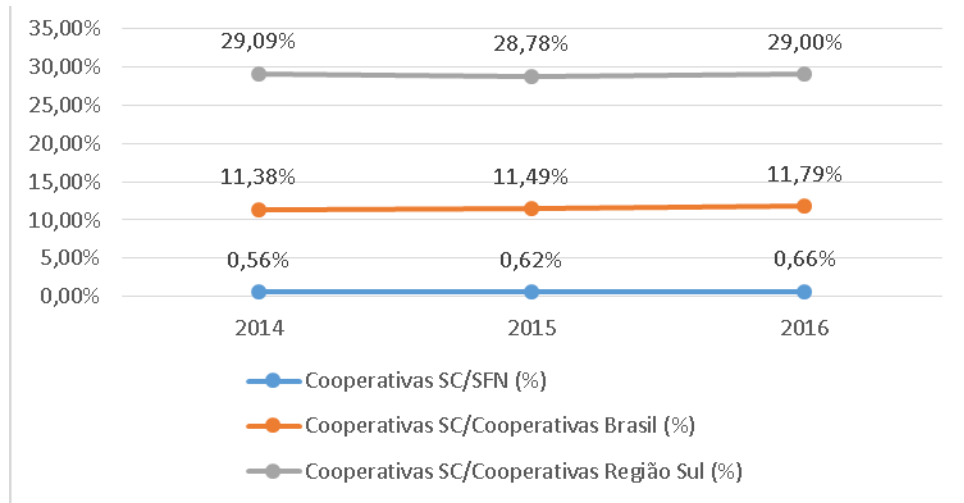
Quadro 8 – Patrimônio Líquido

Ano	Patrimônio líquido (Valores monetários em R\$ mil)			
	SFN	Cooperativas Brasil	Cooperativas Regional	Cooperativas SC
2014	R\$ 559.677.447,00	R\$ 27.401.746,00	R\$ 10.717.857,00	R\$ 3.117.740,00
2015	R\$ 592.279.523,00	R\$ 31.982.129,00	R\$ 12.770.556,00	R\$ 3.674.978,00
2016	R\$ 658.951.392,00	R\$ 36.643.274,00	R\$ 14.894.576,00	R\$ 4.318.818,00

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de Cossif (2016).

No gráfico 12, pode-se verificar que o estado de Santa Catarina manteve a sua representatividade do patrimônio líquido quase estável em todos os seguimentos durante os três anos. Representando quase um terço dos patrimônio líquido regional. No Brasil, o estado possui 11,79% do patrimônio líquido das cooperativas de crédito e em todo SFN 0,66%.

Gráfico 12 – Patrimônio Líquido



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de Cossif (2016)

#### 4.3.3 Depósitos Totais

Nos Depósitos totais, que tem por conceito é a soma dos depósitos à vista (em conta corrente) mais os depósitos a prazo (investimentos), o destaque vai para todo o setor cooperativo, onde no Brasil teve um crescimento de 50% em dois anos; na Região Sul cresceu 51% e em Santa Catarina teve o destaque de 63%. Um elevado índice se comparado a diminuição da quantidade de singulares em todo o território nacional, pode-se notar em dados que o conceito de incorporação para ter melhorias nos processos está progredindo, pois, mesmo com a redução do número de cooperativas, os números de depósitos continuam aumentando, refletindo assim, que as incorporações estão surtindo efeito, conforme quadro 9 abaixo.

Quadro 9 – Depósitos Totais

Ano	Depósitos Totais (Valores monetários em R\$ mil)			
	SFN	Cooperativas Brasil	Cooperativas Regional	Cooperativas SC
2014	R\$ 1.975.907.221,00	R\$ 68.490.990,00	R\$ 35.916.156,00	R\$ 13.375.100,00
2015	R\$ 2.091.174.900,00	R\$ 82.914.681,00	R\$ 44.009.384,00	R\$ 16.408.326,00
2016	R\$ 2.136.563.602,00	R\$ 103.270.839,00	R\$ 54.371.934,00	R\$ 21.888.850,00

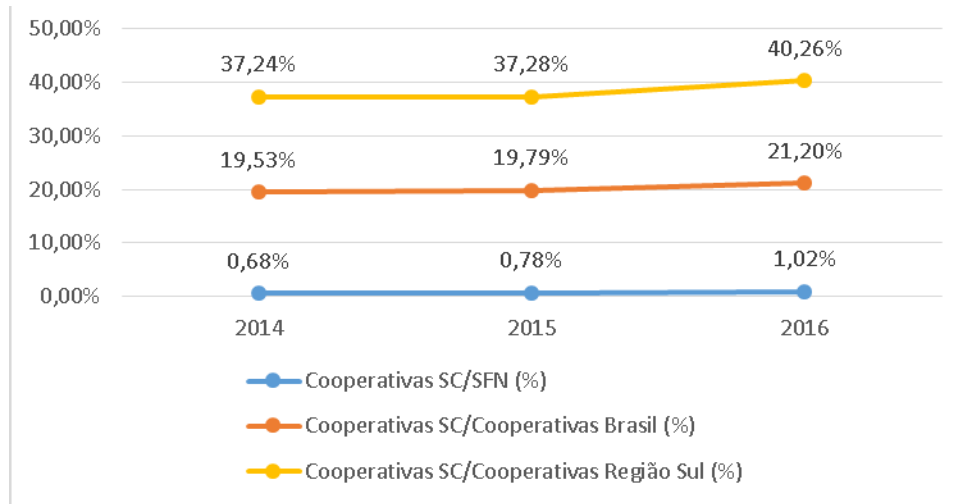
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de Cossif (2016).

O gráfico 13 mostra a representatividade das cooperativas de crédito do estado de Santa Catarina aumentaram positivamente em todos os seguimentos. No total de depósitos de cooperativas de crédito na região sul, o estado representa o total de 40,26%. Nas cooperativas



no Brasil, o mesmo representa 21,20% e em todo Sistema Financeiro Nacional, essa representatividade é de 1,02%.

Gráfico 13 – Depósitos Totais



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de Cossif (2016)

#### 4.3.4 Crédito Pessoa Física

No ramo de Crédito para pessoas físicas, o estoque da carteira de crédito das cooperativas de crédito ao final de 2016, com o aumento de 17% em todo o Brasil, na Região Sul com 15% de aumento, e em Santa Catarina com de 49%. Já o Sistema Financeiro Nacional foi o que obteve menor aumento, apenas 11%, conforme consta no quadro abaixo. Tal crescimento da carteira reafirma o papel diferenciador do cooperativismo financeiro, que não só reinveste recursos na sua origem gerando novas riquezas no próprio local, como também, irriga as economias regionais com recursos repassados por outros organismos.

Quadro 10 – Crédito PF

Ano	Crédito PF (Valores monetários em R\$ mil)			
	SFN	Cooperativas Brasil	Cooperativas Regional	Cooperativas SC
2014	R\$ 1.442.447.660,00	R\$ 46.075.513,00	R\$ 21.271.421,00	R\$ 4.626.491,00
2015	R\$ 1.570.114.561,00	R\$ 50.115.927,00	R\$ 22.961.824,00	R\$ 5.934.328,00
2016	R\$ 1.614.810.646,00	R\$ 54.151.395,00	R\$ 24.645.158,00	R\$ 6.357.586,00

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de Cossif (2016).

#### 4.3.5 Crédito Pessoa Jurídica

Como demonstrado no quadro 11, o ramo Crédito para pessoa jurídica, o SFN foi o único sistema que teve uma retração no período de 5% em 2016 comparado a 2014. Segundo

Alberto Ramos<sup>5</sup> essa recuperação da carteira de pessoa jurídica em 2015 ainda não reflete uma retomada das operações para esse segmento, uma vez que, os investimentos seguem baixos com as empresas ainda com grande capacidade ociosa, além da incerteza política, que afeta a confiança na economia.

Nas cooperativas de crédito no Brasil, houve um crescimento de 2016 quando comparado com 2014 de 30%; na Região Sul o crescimento foi de 33% e em Santa Catarina, a carteira de crédito pessoa jurídica quase duplicou, aumentando 47%. Esse aumento vem da melhor avaliação de risco das cooperativas de crédito, que avaliam singularmente cada empresa com enfoque em micro e pequenas empresas, conseguindo assim, liberar o crédito com maior assertividade do que o modelo padronizado de banco, segundo Carlos Alberto dos Santos<sup>6</sup>.

Quadro 11 – Crédito PJ

Ano	Crédito PJ (Valores monetários em R\$ mil)			
	SFN	Cooperativas Brasil	Cooperativas Regional	Cooperativas SC
2014	R\$ 1.987.783.726,00	R\$ 22.580.081,00	R\$ 11.447.515,00	R\$ 3.541.711,00
2015	R\$ 2.175.897.752,00	R\$ 26.906.523,00	R\$ 13.639.690,00	R\$ 4.452.391,00
2016	R\$ 1.893.900.998,00	R\$ 28.510.055,00	R\$ 15.320.097,00	R\$ 5.081.205,00

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de Cossif (2016)

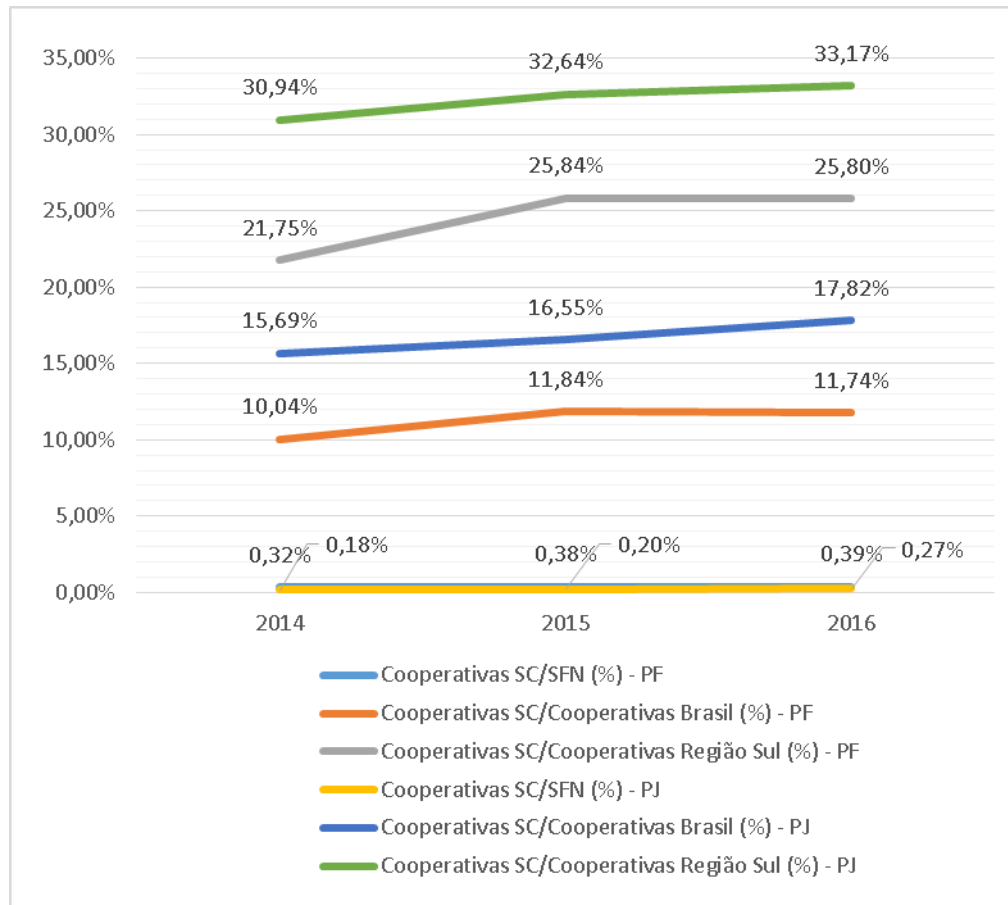
A representatividade das cooperativas de Santa Catarina tiveram um aumento no quesito crédito para pessoas jurídica se comparado com as cooperativas de crédito do Brasil, que em 2014 representavam 15,69% e foram para 17,82% em 2016; e na Região Sul que de 30,94% em 2014 foi para 33,16% em 2016. Porém, comparado ao SFN obteve um aumento que em 2014 era 0,17% e em 2016 a sua representatividade aumentou para 0,27%.

Já o crédito pessoa física, o estado teve um aumento na representatividade na região Sul, passando de 21,75% em 2014 para 25,80% em 2016, e no SFN que passou de 0,32% para 0,39%. No âmbito cooperativas de crédito no Brail, houve um aumento de 10,94% em 2014 para 11,74%

<sup>5</sup> Diretor de pesquisas econômicas do Goldman Sachs para a América Latina.

<sup>6</sup> Diretor-técnico do Sebrae.

Gráfico 14 – Crédito PF/PJ



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de Cossif (2016)

#### 4.3.6 Lucro Líquido

Para demonstrar o lucro líquido das cooperativas de crédito em comparação com o Sistema Financeiro Nacional, é necessário se ter em mente que as cooperativas não visam o lucro e sim o bem-estar dos seus cooperados, como a sociedade como um todo. E portanto, seus lucros líquidos são divididos com os cooperados em formas de “sobras” e podendo ser reinvestido nela mesma decidido em assembleia.

O Lucro Líquido, que por conceito básico é a diferença entre a receita e os custos, teve um aumento nas cooperativas de crédito referente ao Brasil e a Região Sul, tendo um aumento de 17% e 26%, respectivamente, comparado de 2014 para 2016. Já o SFN, teve um aumento de 12% de 2014 para 2015, porém um retraída de 2015 para 2016 de 4%. As cooperativas de crédito foram ao contrário do SFN, isto é, tiveram uma diminuição de 14% em 2015, e depois voltaram a crescer, tendo um crescimento de 12%, quase chegando ao patamar de 2014, como demonstrado no quadro 12.

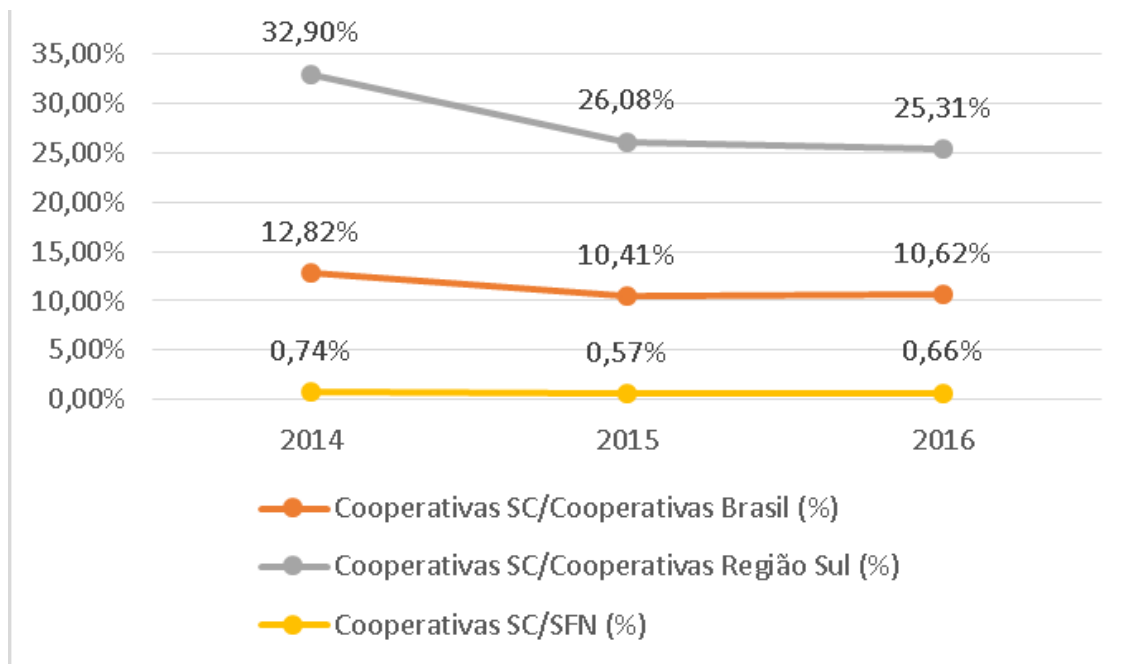
Quadro 12 – Lucro Líquido

Ano	Lucro líquido (Valores moneários em R\$ mil)			
	SFN	Cooperativas Brasil	Cooperativas Regional	Cooperativas SC
2014	R\$ 41.278.417,00	R\$ 2.384.713,00	R\$ 929.203,00	R\$ 305.728,00
2015	R\$ 46.640.015,00	R\$ 2.537.629,00	R\$ 1.013.124,00	R\$ 264.240,00
2016	R\$ 44.861.400,00	R\$ 2.798.120,00	R\$ 1.174.011,00	R\$ 297.146,00

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de Cossif (2016)

A representatividade de Santa Catarina em questão de Lucro Líquido teve uma queda substancial, pois, houve uma diminuição no estado e o fluxo contrário de aumento nas cooperativas nacionais e regionais. Comparado com as cooperativas nacionais, teve uma queda de 12,82% em 2014 para 10,62% em 2016, e em comparação com a região Sul, a queda foi maior, de 32,90% em 2014 para 25,31% em 2016. O SFN, apesar da queda em 2016, teve crescimento comparado 2014 com 2016, fazendo com que as cooperativas de crédito em Santa Catarina também sofressem retração nesse seguimento, tendo a queda de 0,74% em 2014 para 0,66% em 2016, de acordo com gráfico 15.

Gráfico 15 – Lucro Líquido



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de Cossif (2016).

## 5 EVOLUÇÃO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO POR MICRORREGIÃO DE SANTA CATARINA

Com o objetivo de demonstrar a evolução das cooperativas em Santa Catarina, a análise será realizada nas 20 microrregiões de Santa Catarina. Sendo essas microrregiões: Araranguá, Blumenau, Campos de Lages, Canoinhas, Chapecó, Criciúma, Curitibanos, Florianópolis, Itajaí, Ituporanga, Joaçaba, Joinville, Rio do Sul, São Bento do Sul, São Miguel do Oeste, Tabuleiro, Tijucas, Tubarão e Xanxerê, conforme figura 3.

Tendo como base dados disponibilizados pela OCESC no período de 1999 até 2016 da quantidade de cooperativas e dados monetários disponibilizados pelo Banco Central, ambos por microrregião.

Figura 3 – Microrregiões de Santa Catarina



FONTE: EPAGRI (2015)

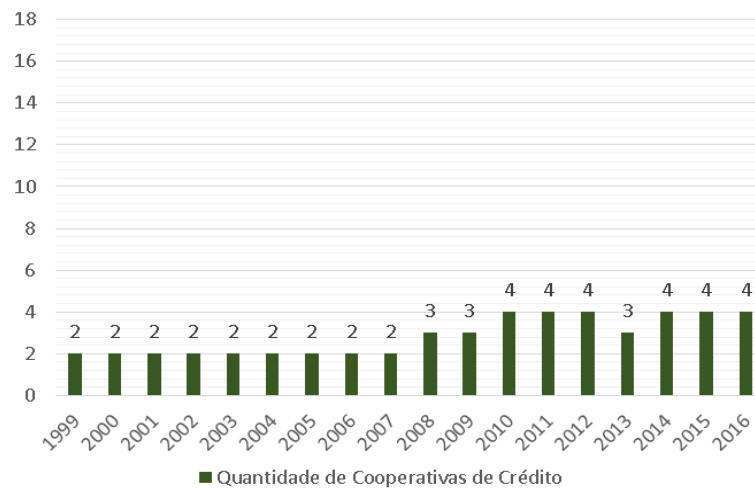
### 5.1 MICRORREGIÃO DE ARARANGUÁ

Localizada no extremo Sul do estado, a microrregião de Araranguá com seus quinze municípios, distribui-se do litoral à encosta da Serra Geral, no sentido Leste-Oeste, e da foz do rio Araranguá à divisa com o Rio Grande do Sul, no norte-sul. A figura 3, que exhibe o mapa político da microrregião, constando as cidades: Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota; Ermo, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Passo de Torres, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio, Timbé do Sul e Turvo, que compõe a região.

Censo Demográfico de 2010, os residentes somavam 180,8 mil, equivalentes a 2,9% do total catarinense. Apenas dois municípios exibiam população maior do que 20 mil. Araranguá é o município mais populoso, com 61,3 mil habitantes naquele ano, superando em 2,3 vezes a população do segundo colocado, Sombrio.

Inicialmente na região tiveram duas cooperativas de crédito com o critério de associação a produção rural e posteriormente, a região teve uma cooperativa de livre admissão em 2010, conforme gráfico 16. Atualmente, 2016, as cooperativas estão nas cidades de Jacinto Machado, onde há duas cooperativas, São João da Silva e Turvo.

Gráfico 16 – Evolução das cooperativas microrregião de Araranguá



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do BACEN (2016).

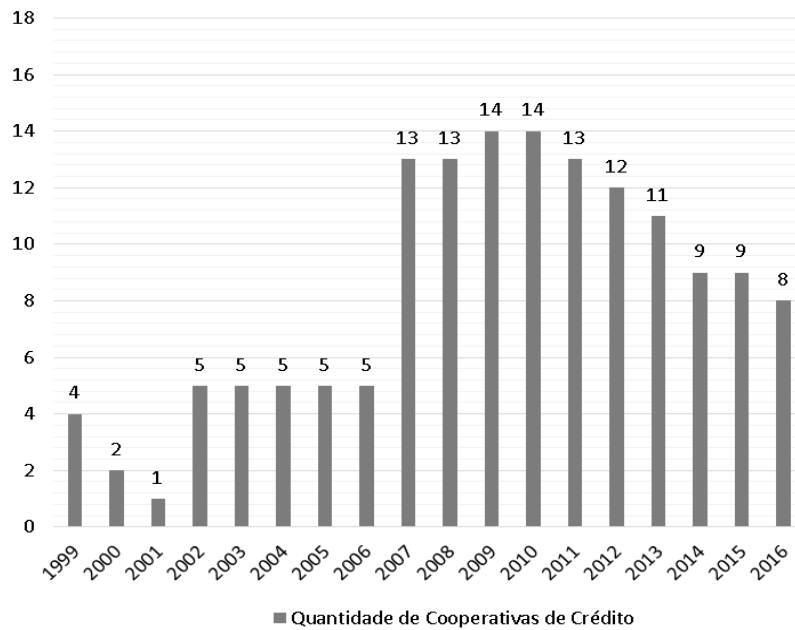
## 5.2 MICRORREGIÃO DE BLUMENAU

A microrregião de Blumenau pertencente à mesorregião Vale do Itajaí. Sua população de acordo com o censo de 2010 pelo IBGE é de 677.553 habitantes e está dividida em quinze municípios, os quais são: Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar; Guabirub, Indaial, Luiz Alves; Pomerode, Rio dos Cedros; Rodeio e Timbó.

As cooperativas de crédito na microrregião nasceram em Blumenau, com 4 cooperativas onde, duas foram incorporadas e uma teve transferência de estado. Já no período de 2006 para 2007, houve uma grande evolução, onde a Resolução n°. 3.442/2007 aumentou o limite para o número de cooperados fazendo com que, o cooperativismo crescesse em todo o Brasil. De 2010 para 2016 a quantidade de cooperativas foi decaindo, isso se explica pelo razão de que houve 5 incorporações, com o objetivo de maior eficiência operacional. Porém, uma cooperativa de crédito solicitou o desfilamento da OCESC.

Sendo que atualmente as cooperativas estão presentes em: Apuína com uma singular; Blumenau com 5 singulares; Botuverá com uma singular; Timbó também com um singular. Sendo que somente as cooperativas de Apuína e de Timbó são para associação de produtor rural. O restante é de livre admissão.

Gráfico 17 – Evolução das cooperativas microrregião de Blumenau



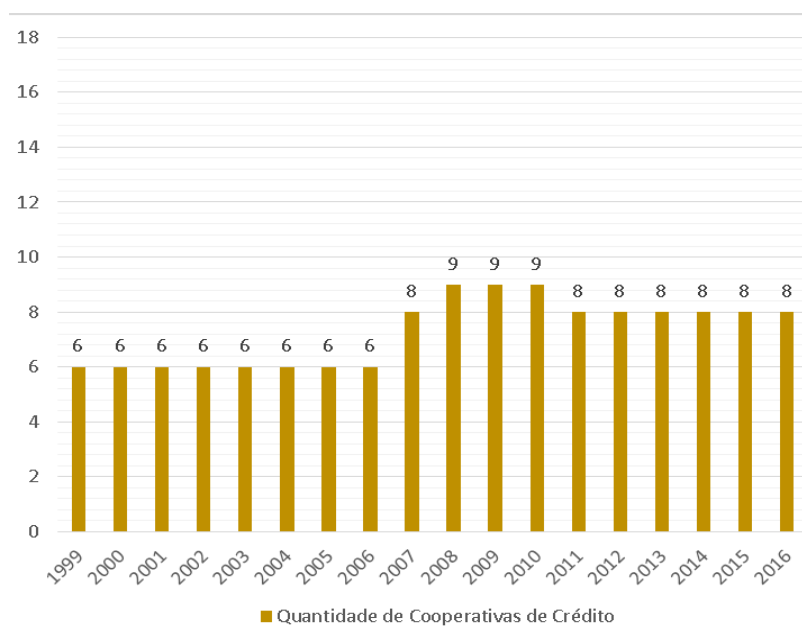
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do BACEN (2016).

### 5.3 MICRORREGIÃO DE CAMPOS DE LAGES

A microrregião está localizada no planalto serrano de Santa Catarina. Será utilizada, mais especificamente é composta por 11 municípios: Lages; Otacílio Costa; Correia Pinto; Paineira; Palmeira; Campo Belo do Sul; Cerro Negro; Capão Alto; São José do Cerrito; Bocaina do Sul e Anita Garibaldi. A microrregião possui 158 846 habitantes.

A região teve um crescimento no número de cooperativas de crédito, sendo que houve uma queda por motivo de incorporação. Em um cenário com a agricultura tão forte, a região possui atualmente 3 cooperativas de crédito rural e 4 de livre admissão, presentes em 6 cidades. Ou seja, o cooperativismo de crédito está presente em quase 60% das cidades dessa microrregião. Atualmente, as cooperativas de crédito estão presentes nas cidade de: Lages; Otacílio Costa; Rio Rufino; São Joaquim; São João do Cerrito; Urubici e Urupema. Sendo que, somente Lages possui duas cooperativas e em Rio Rufino e São Joaquim as cooperativas tem o nicho de produtor rural, as demais são de livre admissão.

Gráfico 18 – Evolução das cooperativas microrregião de Lages



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do BACEN (2016).

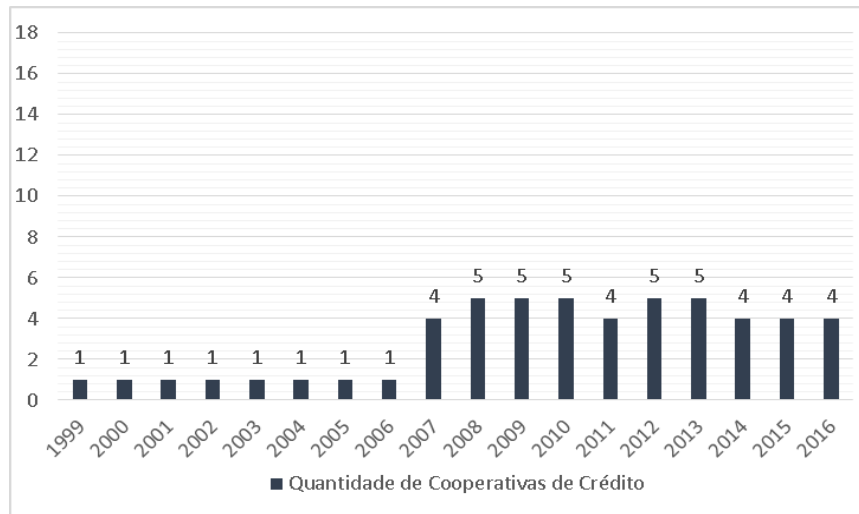
#### 5.4 MICRORREGIÃO DE CANOINHAS

A população dessa microrregião é de aproximadamente 243.782 habitantes e está dividida em doze municípios: Bela Vista do Toldo; Canoinhas; Irineópolis; Itaiópolis; Mafra; Major Vieira; Monte Castelo; Papanduva; Porto União; Santa Terezinha; Timbó Grande; Três Barras. (BRASIL, 2010).

A quantidade de cooperativas veio crescendo a cada ano, sendo que em 2011 e em 2014, houve diminuição de uma cooperativa, as quais foram incorporadas por outras cooperativas de crédito. Mesmo sendo com economia voltada para o ambiente rural, a microrregião possui 2 cooperativas de livre admissão e 2 cooperativas de crédito rural. Atualmente elas estão nas cidades de Canoinhas, Mafra, Papanduva e Irineópolis, onde cada cidade só possui uma singular, e em Irineópolis é para o nicho de produtor rural.



Gráfico 19 – Evolução das cooperativas microrregião de Canoinhas



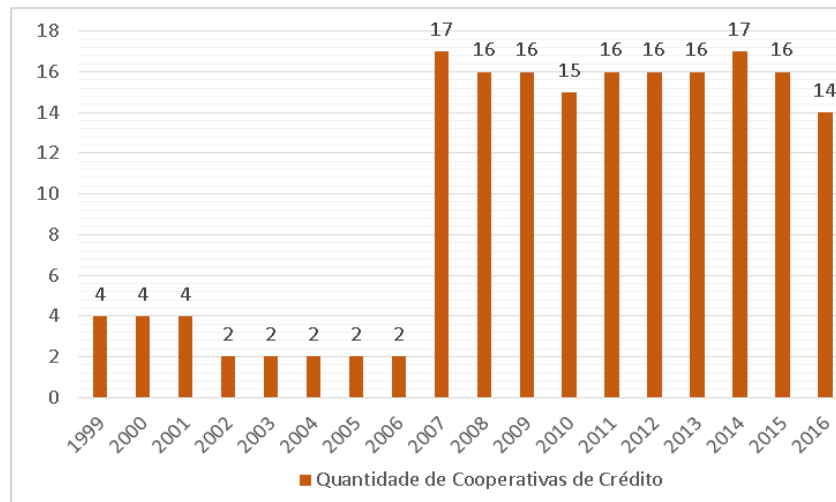
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do BACEN (2016).

## 5.5 MICRORREGIÃO DE CHAPECÓ

Localizada no Oeste Catarinense, a microrregião de Chapecó é composta por 38 municípios, são eles: Águas de Chapecó; Águas Frias; Bom Jesus do Oeste; Caibi; Campo Erê; Caxambu do Sul; Chapecó; Cordilheira Alta; Coronel Freitas; Cunha Porã; Cunhataí; Flor do Sertão; Formosa do Sul; Guatambu; Iraceminha; Irati; Jardinópolis; Maravilha; Modelo; Nova Erechim; Nova Itaberaba; Novo Horizonte; Palmitos; Pinhalzinho; Planalto Alegre; Quilombo; Saltinho; Santa Terezinha do Progresso; Santiago do Sul; São Bernardino; São Carlos; São Lourenço do Oeste; São Miguel da Boa Vista; Saudades; Serra Alta; Sul Brasil; Tigrinhos e União do Oeste. Esta microrregião tem população aproximada de 405.123 habitantes. (CENSO, 2010).

As cooperativas de crédito na região de Chapecó apresentam grande número se comparado a todo o estado, atualmente presente 12% das cooperativas de todo o estado. Sendo em 1999, haviam 4 cooperativas de crédito, onde 2 foram canceladas em 2002. Em 2007, com a nova lei de livre admissão, conforme já citado, houve grande aumento nas cooperativas de crédito, sendo que 2016 o número decaiu por motivos de uma incorporação. Atualmente as cidades que possuem cooperativas de crédito são: Chapecó; Coronel Freitas; Cunha Porã; Formosa; Palmitos; Pinhalzinho; Quilombo; Santa Terezinha do Progresso; Santiago do Sul; São Lourenço do Oeste. Possuindo 7 das cooperativas de crédito para o nicho de produtor rural, o restante é de livre admissão.

Gráfico 20 – Evolução das cooperativas microrregião de Chapecó



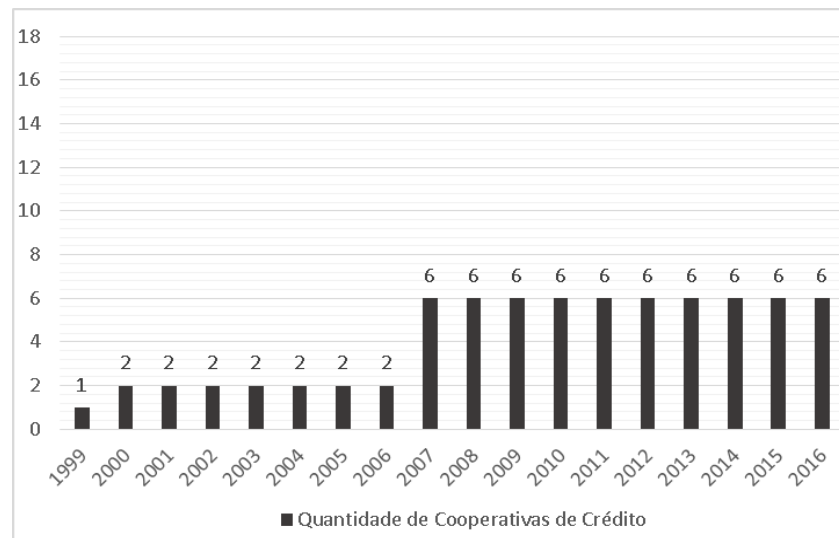
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do BACEN (2016).

## 5.6 MICRORREGIÃO DE CONCÓRDIA

A microrregião Concórdia possui quinze municípios: Alto Bela Vista; Arabutã; Arvoredo; Concórdia; Ipira; Ipumirim; Irani; Itá; Lindóia do Sul; Paial; Peritiba; Piratuba; Presidente Castelo Branco; Seara e Xavantina. Sua população é de aproximadamente 146.019 habitantes. (CENSO, 2010).

A primeira cooperativa de crédito foi para o nicho de crédito rural, posteriormente teve a singular de livre admissão. Sendo que em 2007, a microrregião mais que dobrou sua quantidade de cooperativas, não tendo nenhum tipo de retração no período estudado. Atualmente a microrregião possui 4 cooperativas de crédito rural e 2 de livre admissão, ambas de livre admissão ficam na cidade de Concórdia. As demais de crédito rural ficam nas cidades: Concórdia, Ipumirim, Seara e Xavantina.

Gráfico 21 – Evolução das cooperativas microrregião de Concórdia



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do BACEN (2016).

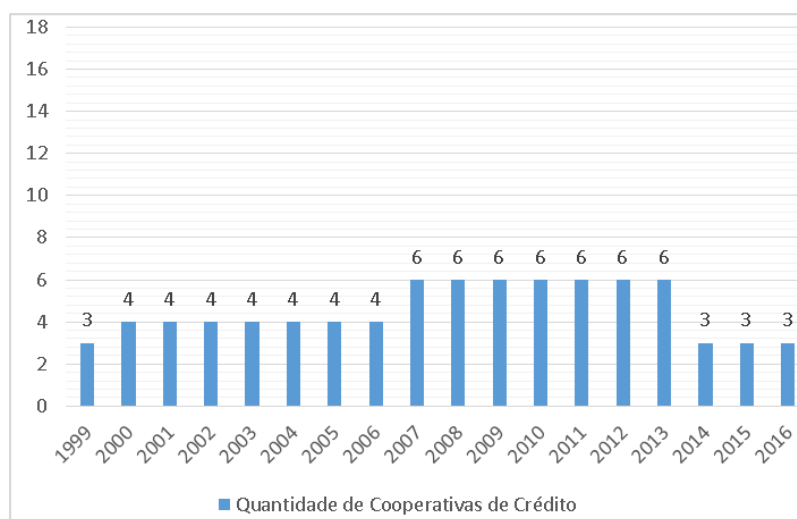
## 5.7 MICRORREGIÃO DE CRICIÚMA

Esta microrregião tem aproximadamente 372.777 habitantes divididos em dez cidades: Balneário Rincão; Cocal do Sul; Criciúma; Forquilha; Içara; Lauro Müller; Morro da Fumaça; Nova Veneza; Siderópolis; Treviso e Urussanga. (BRASIL, 2010).

Sendo que a primeira cooperativa dessa microrregião nasceu em Criciúma, sendo a mesma de Crédito Mútuo. Posteriormente a cidade teve mais duas cooperativas de crédito sendo: uma de Crédito Mútuo e a outra de Livre Admissão. Após os anos 2000, a cidade de Cocal do Sul sediou mais uma cooperativa de Crédito Mútuo. Tendo uma expansão no ano de 2007, incorporando duas cooperativas de Livre Admissão em Cocal do Sul, as quais foram incorporadas depois e a crédito mútuo da cidade foi cancelada.

Atualmente a microrregião possui cooperativa de crédito somente em Criciúma, sendo duas de crédito mútuo e uma de livre admissão.

Gráfico 22 – Evolução das cooperativas microrregião de Criciúma



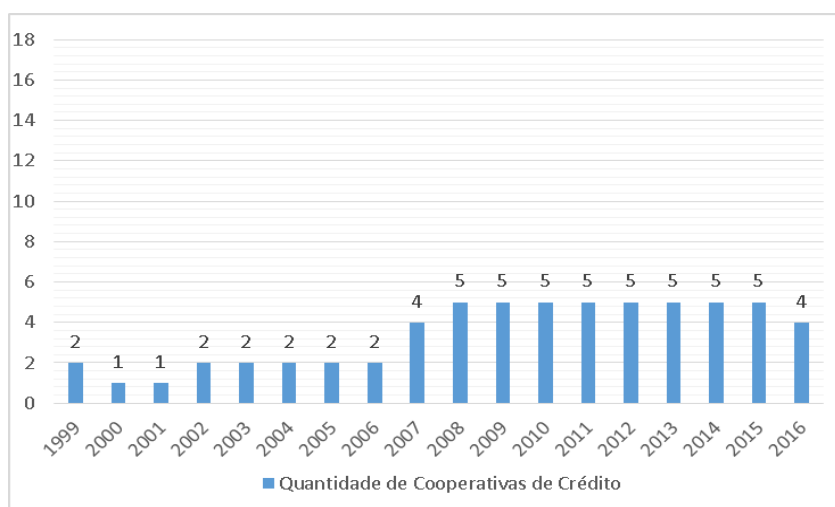
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do BACEN (2016).

## 5.8 MICRORREGIÃO DE CURITIBANOS

Esta microrregião possui doze municípios: Abdon Batista; Brunópolis; Campos Novos; Curitibanos; Frei Rogério; Monte Carlo; Ponte Alta; Ponte Alta do Norte; Santa Cecília; São Cristóvão do Sul; Vargem e Zortéa. Sua população é de aproximadamente 122.656 habitantes. (BRASIL, 2010).

A microrregião também dobrou a quantidade e cooperativas no ano de 2007. Atualmente possui 4 cooperativas localizadas nas cidades de Abdon Batista, Campos Novos, Curitibanos e Freio Rogério, sendo que, as duas primeiras cidades citadas possuem somente cooperativas de crédito rural, e as últimas possuem cooperativas de livre admissão.

Gráfico 23 – Evolução das cooperativas microrregião de Curitibanos



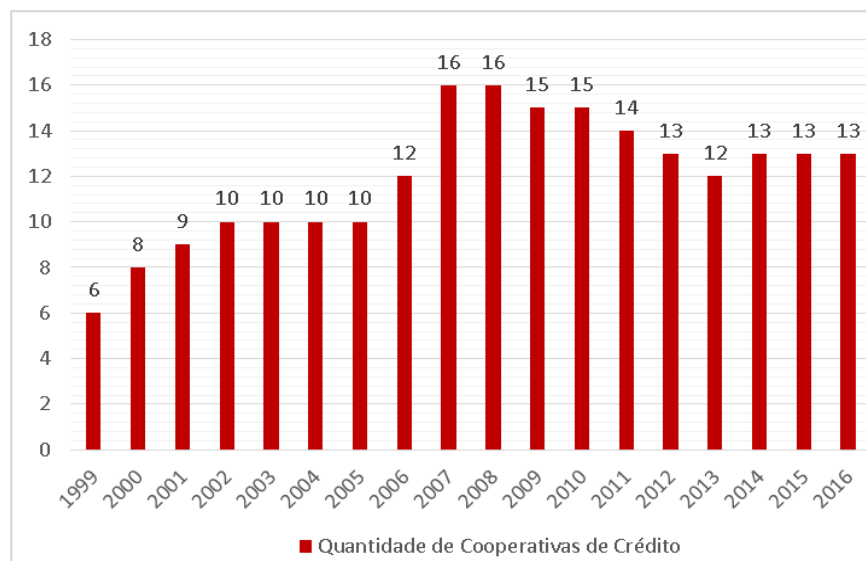
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do BACEN (2016).

## 5.9 MICRORREGIÃO DE FLORIANÓPOLIS

A microrregião de Florianópolis está localizada no litoral de Santa Catarina e é composta por nove municípios, incluindo a capital do Estado Florianópolis, são eles: Antônio Carlos; Biguaçu; Florianópolis; Governador Celso Ramos; Palhoça; Paulo Lopes; Santo Amaro da Imperatriz; São José e São Pedro de Alcântara. Sua população é de aproximadamente 878.852 habitantes. (CENSO, 2010)

As cooperativas da microrregião de Florianópolis estão somente sediadas na cidade que representa a microrregião, tendo grande representatividade de 13% no estado, conjuntamente com Chapecó. Sendo que a primeira cooperativa da microrregião foi de Crédito Mútuo. Atualmente Florianópolis conta com: uma confederação; duas centrais; três singulares restringidas à atividade profissional; duas singulares de livre admissão; quatro singulares de empregados ou servidores e uma singular com vínculo para empresários. No período houve três incorporações e um cancelamento.

Gráfico 24 – Evolução das cooperativas microrregião de Florianópolis



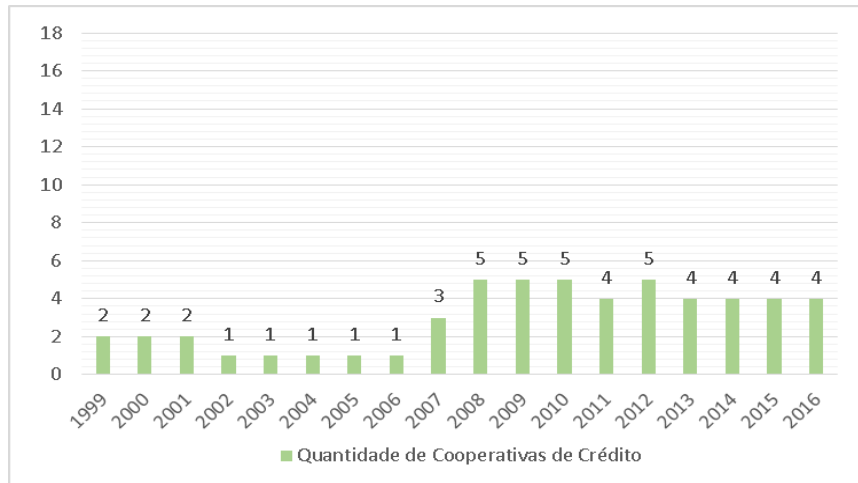
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do BACEN (2016).

## 5.10 MICRORREGIÃO DE ITAJAÍ

A microrregião é conhecida como Vale Europeu, sendo dividida em doze municípios: Balneário Camboriú; Balneário Piçarras; Barra Velha; Bombinhas; Camboriú; Ilhota; Itajaí; Itapema; Navegantes; Penha; Porto Belo e São João do Itaperiú. Sua população é de aproximadamente 571.027 habitantes. (BRASIL, 2010).

A primeira cooperativa de crédito na região surgiu em Itajaí, sendo a mesma de Crédito Mútuo, posteriormente surgiu em Itajaí também uma singular para o público de empregados ou servidores, que em 2002 foi cancelada. Em 2007, a microrregião sofreu uma expansão no número de cooperativas, a qual atualmente possui 4 singulares nas cidades de Itajaí, Itapema e São João do Itaperiú, todas de livre admissão.

Gráfico 25 – Evolução das cooperativas microrregião de Itajaí



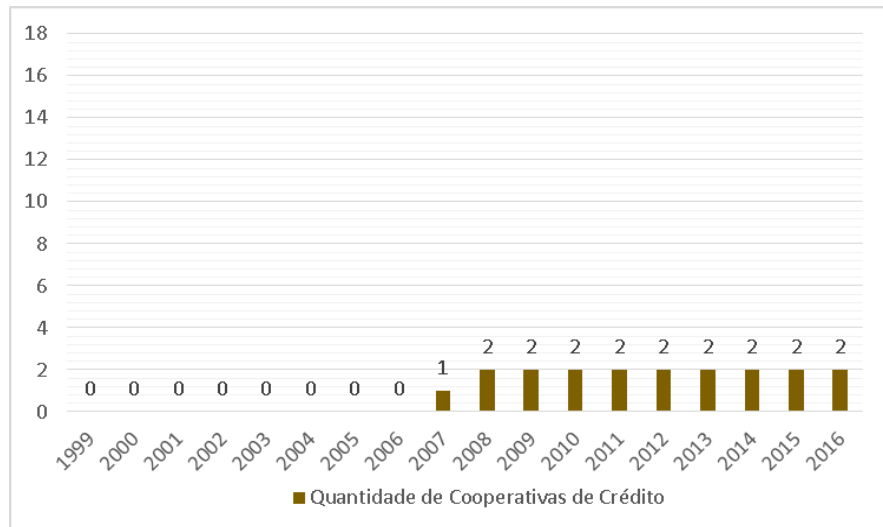
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do BACEN (2016).

### 5.11 MICRORREGIÃO DE ITUPORANGA

Esta microrregião é dividida em sete municípios: Agrolândia; Atalanta; Chapadão do Lageado; Imbuia; Ituporanga; Petrolândia e Vidal Ramos. Sua população é de aproximadamente 55.780 habitantes. (BRASIL, 2010).

Essa microrregião teve a sua primeira cooperativa somente em 2007, na cidade de Ituporanga de Crédito Rural e posteriormente teve mais uma cooperativa de crédito na cidade de Agrolândia, também de Crédito Rural.

Gráfico 26 – Evolução das cooperativas microrregião de Ituporanga



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do BACEN (2016).

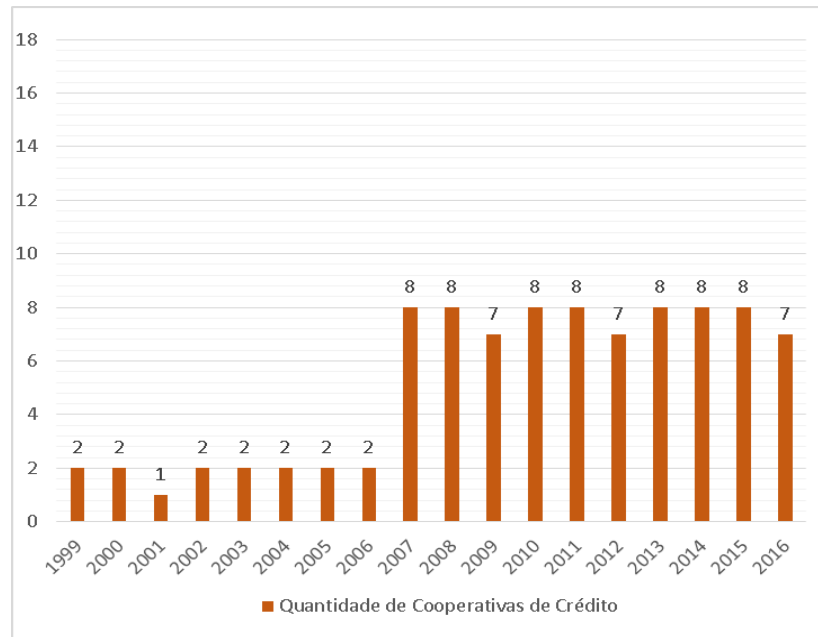
## 5.12 MICRORREGIÃO DE JOAÇABA

A microrregião de Joaçaba está dividida em 27 municípios: Água Doce; Arroio Trinta; Caçador; Calmon; Capinzal; Catanduvras; Erval Velho; Fraiburgo; Herval d'Oeste; Ibiam; Ibicaré; Iomerê; Jaborá; Joaçaba; Lacerdópolis; Lebon Régis; Luzerna; Macieira; Matos Costa; Ouro; Pinheiro Preto; Rio das Antas; Salto Veloso; Tangará; Treze Tílias; Vargem Bonita e Videira. A estimativa populacional de 2010 resultou em 341.594 habitantes. (BRASIL, 2010).

As cooperativas de crédito na microrregião surgiram em Videira e Caçador, de vínculo empregatício e de livre admissão, respectivamente. Em 2001, a cooperativa de Videira teve mudança de estado e em 2002, surgiu outra cooperativa na cidade sendo essa, de livre admissão.

Atualmente a microrregião conta com cooperativas de crédito nas seguintes cidades: Caçador, Ibiam, Ouro, Tangará e Videira. Sendo três singulares de livre admissão, três de crédito rural e uma de atividade profissional.

Gráfico 27 – Evolução das cooperativas microrregião de Joaçaba



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do BACEN (2016).

### 5.13 MICRORREGIÃO DE JOINVILLE

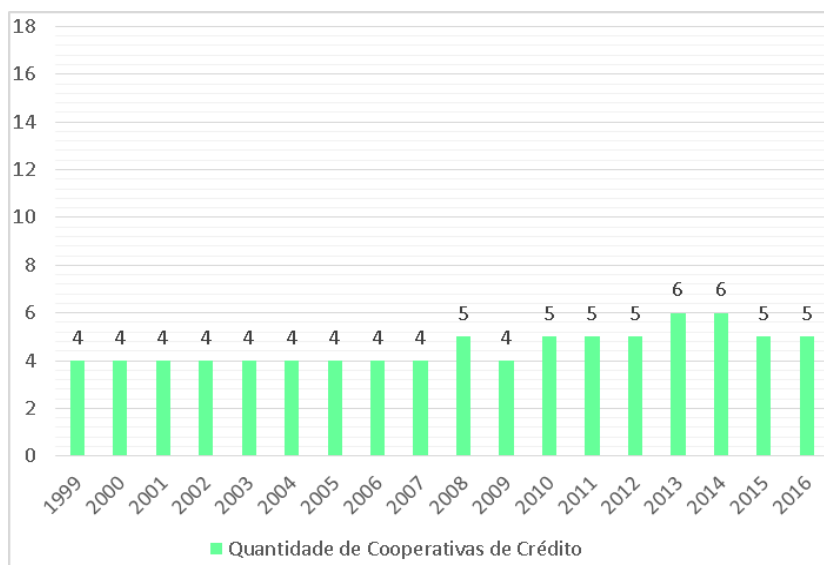
Esta microrregião está dividida em onze municípios: Araquari; Balneário Barra do Sul; Corupá; Garuva; Guaramirim; Itapoá; Jaraguá do Sul; Joinville; Massaranduba; São Francisco do Sul e Schroeder. Sua população é de aproximadamente 842.821 habitantes. (BRASIL, 2010).

A microrregião em 1999 contava com quatro cooperativas de crédito localizadas em Joinville, sendo que, duas singulares eram de livre admissão e as outras duas eram de vínculo empregatício. As quais se mantiveram até 2007, onde houve uma incorporação de uma singular de livre admissão e surgiu uma cooperativa na cidade de Schroeder, também de livre admissão.

Atualmente a microrregião conta com 5 cooperativas singulares nas cidades de: Guaramirim, Jaraguá do Sul, Joinville e Schoreder, sendo todas de livre admissão.



Gráfico 28 – Evolução das cooperativas microrregião de Joinville



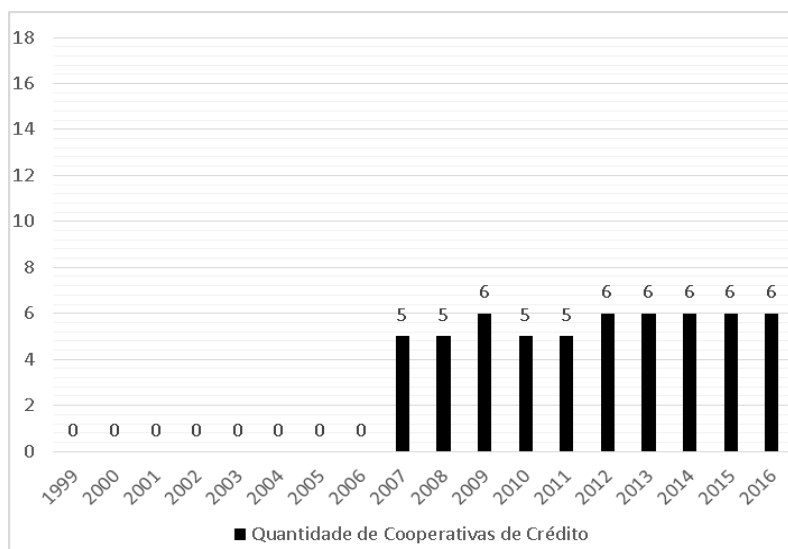
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do BACEN (2016).

#### 5.14 MICRORREGIÃO DE RIO DO SUL

A microrregião de Rio do Sul é dividida em vinte municípios: Agronômica; Aurora; Braço do Trombudo; Dona Emma; Ibirama; José Boiteux; Laurentino; Lontras; Mirim Doce; Pouso Redondo; Presidente Getúlio; Presidente Nereu; Rio do Campo; Rio do Oeste; Rio do Sul; Salete; Taió; Trombudo Central; Vitor Meireles e Witmarsum. Sua população é de aproximadamente 204.913 habitantes (CENSO, 2010)

Na microrregião só teve o surgimento de cooperativas de crédito em 2007 nas cidades de Donna Emma, Rio do Sul, Taió, Vitor Meireles, Witmarsum. Sendo quatro singulares de Crédito Rural e somente Rio do Sul tem uma singular de livre admissão. Em 2010, a cooperativa de Taió foi incorporada, e em 2012 surgiram mais duas cooperativas de crédito nas cidades de Pouso Redondo e Ibirama, de Crédito Rural e Livre Admissão, respectivamente.

Gráfico 29 – Evolução das cooperativas microrregião de Rio do Sul



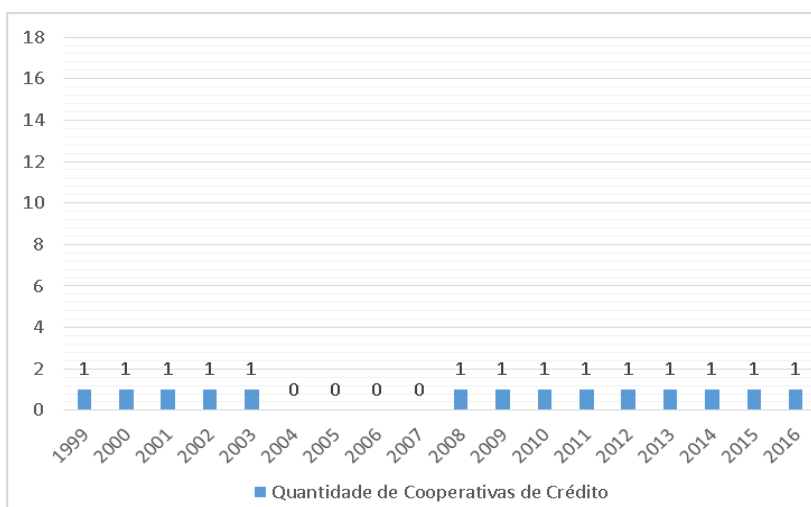
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do BACEN (2016).

### 5.15 MICRORREGIÃO DE SÃO BENTO DO SUL

A microrregião de São Bento do Sul é composta por três municípios: Campo Alegre; Rio Negrinho e São Bento do Sul. Sua população é de aproximadamente 126.394 habitantes. (BRASIL, 2010).

Essa microrregião tem cooperativa de crédito somente em São Bento do Sul, que em 1999 era uma singular de livre admissão, a qual foi incorporada e posteriormente em 2008 surgiu uma nova cooperativa de crédito, também de livre admissão.

Gráfico 30 – Evolução das cooperativas microrregião de São Bento do Sul



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do BACEN (2016).

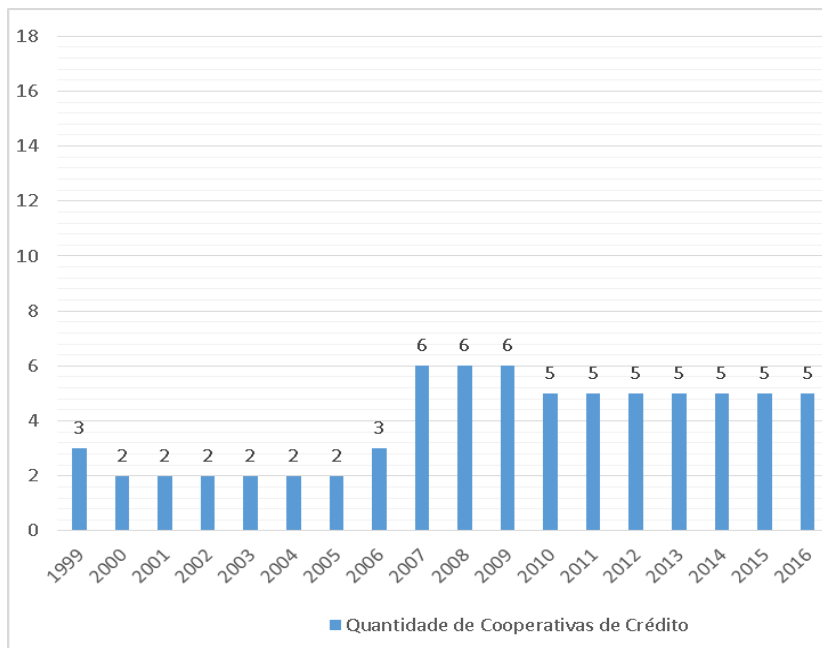
### 5.16 MICRORREGIÃO DE SÃO MIGUEL D'OESTE

Esta microrregião está dividida em 21 municípios: Anchieta; Bandeirante; Barra Bonita; Belmonte; Descanso; Dionísio Cerqueira; Guaraciaba; Guarujá do Sul; Iporã do Oeste; Itapiranga; Mondaí; Palma Sola; Paraíso; Princesa; Riqueza; Romelândia; Santa Helena; São João do Oeste; São José do Cedro; São Miguel do Oeste e Tunápolis. Sua população estimada é de 177.497 habitantes. (BRASIL, 2010).

As cidades de São Miguel d'Oeste e Descanso, foram as pioneiras na região no quesito cooperativas de crédito. São Miguel d'Oeste contava com duas cooperativas, uma de livre admissão e outra de crédito rural, e Descanso com uma cooperativa de crédito rural. A cidade de Descanso teve a sua cooperativa de crédito incorporada.

Atualmente a microrregião conta com cinco cooperativas de crédito nas cidades de Dionísio Cerqueira, Guaraciaba, Itapiranga e São Miguel D'Oeste sendo três de Crédito Rural e duas de Livre Admissão.

Gráfico 31 – Evolução das cooperativas microrregião de São Miguel d'Oeste



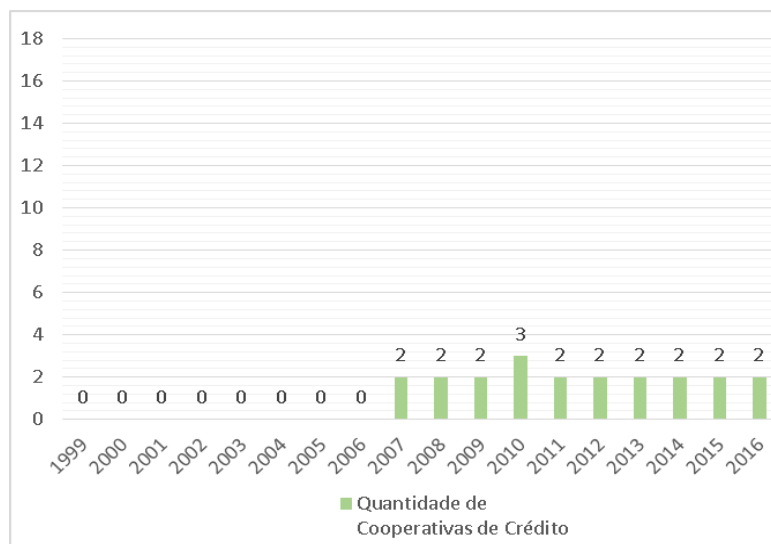
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do BACEN (2016).

### 5.17 MICRORREGIÃO DE TABULEIRO

Tabuleiro está dividida em cinco municípios: Águas Mornas; Alfredo Wagner; Anitápolis; Rancho Queimado e São Bonifácio. Sua população está estimada em 23.926 habitantes. (BRASIL, 2010).

Na microrregião do Tabuleiro, as cooperativas estão presentes nas cidades de Águas Mornas e Alfredo Wagner. Ambas cooperativas de Crédito Rural.

Gráfico 32 – Evolução das cooperativas microrregião de Tabuleiro



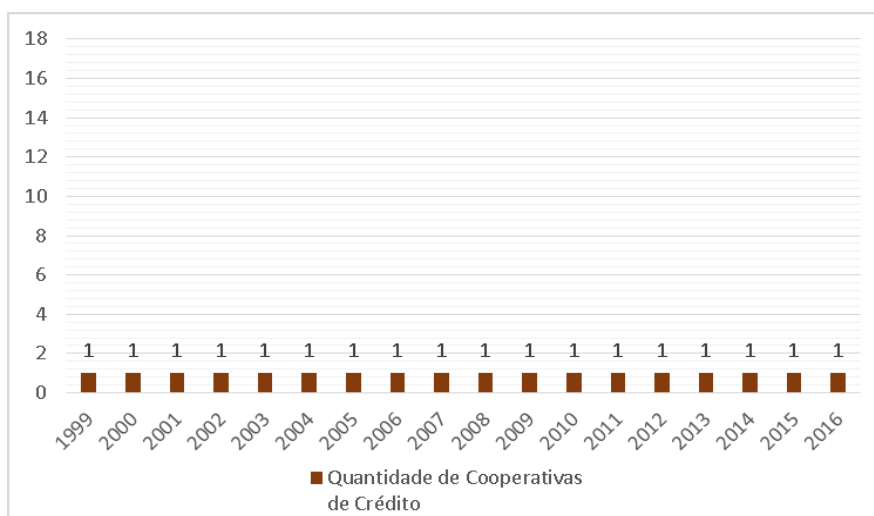
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do BACEN (2016).

### 5.18 MICRORREGIÃO DE TIJUCAS

A microrregião de Tijucas compreende sete municípios, são eles: Angelina; Canelinha; Leoberto Leal; Major Gercino; Nova Trento; São João Batista e Tijucas. Sua população está estimada em 91.909 habitantes. (CENSO, 2010).

A microrregião só possui uma cooperativa de crédito localizada em Nova Trento, sendo uma cooperativa de crédito de Livre Admissão.

Gráfico 33 – Evolução das cooperativas microrregião de Nova Trento



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do BACEN (2016).

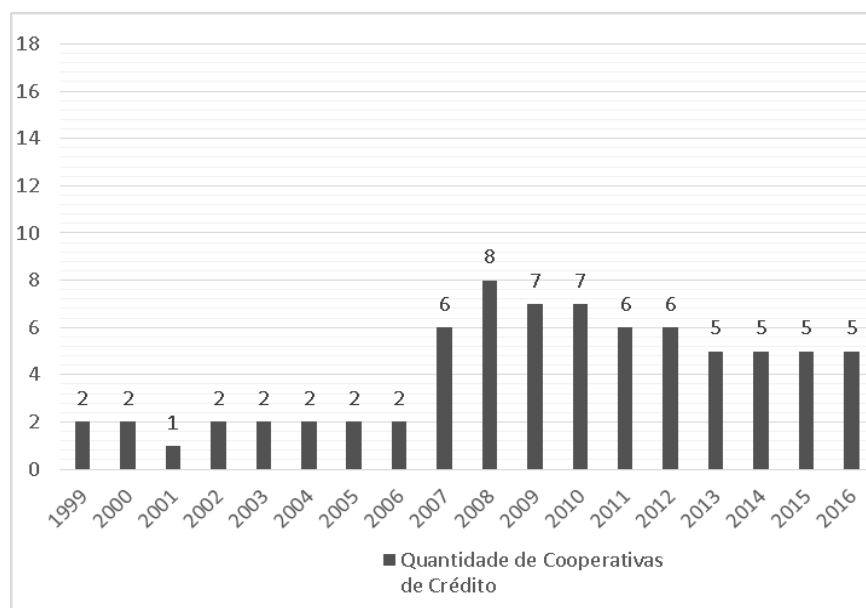
## 5.18 MICRORREGIÃO DE TUBARÃO

A microrregião de Tubarão está dividida em vinte municípios: Sangão; Santa Rosa de Lima; São Ludgero; São Martinho; Treze de Maio; Tubarão; Imbituba; Jaguaruna; Laguna; Orleans; Pedras Grandes; Pescaria Brava; Rio Fortuna; Armazém; Braço do Norte; Capivari de Baixo; Garopaba; Grão Pará; Gravatal e Imaruí. Sua população é de aproximadamente 374.934 habitantes. (BRASIL, 2010).

As primeiras cooperativas de crédito na região foram as de Braço do Norte e Tubarão, ambas de Livre Admissão. Em 2001, a cooperativa de Braço de Norte foi incorporada, e no ano seguinte surgiu uma cooperativa na mesma cidade, sendo de Livre Admissão.

A microrregião teve uma expansão, e posteriormente sofreu algumas incorporações, atualmente conta com cooperativas nas seguintes cidades: Braço do Norte, Jaguaruna, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima e Treze de Maio. Somente Braço do Norte possui cooperativa de Livre Admissão, as demais são de Crédito Rural.

Gráfico 34 – Evolução das cooperativas microrregião de Tubarão



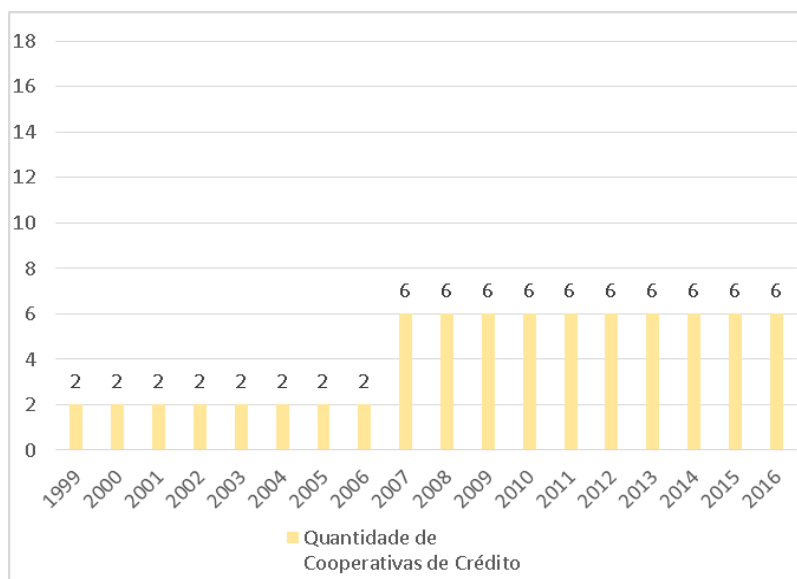
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do BACEN (2016).

## 5.19 MICRORREGIÃO DE XANXERÊ

A microrregião de Xanxerê é composta pelas as cidades de: Abelardo Luz; Bom Jesus; Coronel Martins; Entre Rios; Faxinal dos Guedes; Galvão; Ipuacu; Jupiá; Lajeado Grande; Marema; Ouro Verde; Passos Maia; Ponte Serrada; São Domingos; Vargeão; Xanxerê e Xaxim. Sua população é de aproximadamente 148.243 habitantes. (CENSO, 2010).

Em 1999, a microrregião contava com duas cooperativas nas cidades de Abelardo e Passos Maia, sendo de Crédito Rural e de Livre Admissão, respectivamente. Em 2007, a microrregião sofreu uma expansão na quantidade de cooperativas, acrescentando as seguintes cidades: Coronel Martins, Xanxerê e Xaxim. Contando assim com mais duas cooperativas de Crédito Rural e duas de Livre Admissão.

Gráfico 35 – Evolução das cooperativas microrregião de Xanxerê



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do BACEN (2016).

## 6 CONCLUSÃO

O cooperativismo de crédito está desempenhando um papel cada vez mais importante na sociedade onde o mesmo está inserido e também, junto ao Sistema Financeiro Nacional. Diante de toda a sua história tanto no cenário mundial quanto nacional pode-se notar a evolução do sistema principalmente no Brasil, com a evolução de novas leis do Banco Central afim de demonstrar apoio ao cooperativismo de crédito.

Com isso, o sistema cooperativista conjuntamente com as normas do Banco Central, possui uma estrutura e fiscalização em vários níveis do sistema sendo ele: regional, estadual, nacional e mundial. A fim de garantir a eficácia do modelo, focando retirar a fragilidade que o setor já enfrentou. Sendo que em 2012, houve 11 cancelamentos solicitados pelo Banco Central e 17 liquidações, já esse número em 2017 reduziu para 4 e 2, respectivamente. Já na questão de incorporações em 2012 foram 30 e em 2016 esse número passou para 40, fazendo com houvessem fusões procurando maior eficiência operacional.

A partir dessa evolução, em 2016 as cooperativas de crédito representam o maior número de postos de atendimentos bancários do que os maiores bancos comerciais. Tendo como cooperados 4,38% da população adulta do país.

Nas comparações apresentadas ao longo do trabalho, pode-se notar a alta representatividade nas operações de crédito, depósitos totais e lucro líquido das cooperativas de crédito em Santa Catarina referente as cooperativas de todo o país. O estado é responsável por 21,20% dos depósitos totais, 11,14% do crédito pessoa física e 10,62% do lucro líquido. Tendo, também, um aumento na representatividade em questão de cooperativas de crédito nas microrregiões do estado, sendo as microrregiões com o maior número de singulares é a microrregião de Florianópolis e de Chapecó.

As cooperativas de crédito são uma realidade, mais ainda possuem um mercado amplo para desenvolverem-se e firmarem-se, ainda mais com sua participação na economia e no sistema financeiro nacional, sendo responsáveis por representar 4,83% dos depósitos totais, 3,35% do crédito PF e somente 6,23% do lucro líquido de todo o sistema financeiro nacional comparado com as cooperativas de todo o Brasil, as quais ainda abrangem uma parcela pouco significativa. Entretanto cabe ressaltar que este trabalho contribuiu para fortalecer e solidificar os conhecimentos sobre o cooperativismo de crédito que está em amplo crescimento.

O cooperativismo de crédito hoje é uma realidade, e sem dúvida os pontos levantados não explicam na totalidade como as cooperativas alcançaram esse espaço de suma importância na economia nacional, chegando a fazer concorrência com os bancos, visto que, o caminho trilhado pelas mesmas não foi linear.

A partir do tema estudado, se notou como sugestão para próximos estudos um levantamento das limitações de cooperativas de crédito e a fragilidade que o setor pode ter, comparando-o com Bancos.



## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **LEI 5.764/71**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.jucespbauru.com.br/cooperativa/cooperativa.htm>>. Acesso em: Setembro/2017.
- COOPER A1 – **Cooperativa A1**. Disponível em: <[tcoop\\_sc.htm](#)>. Acesso em: Setembro/2017.
- COOPERCAMPOS - **Cooperativa Regional Agropecuária de Campos Novos Ltda**. Disponível em: <[www.copercampos.com.br](http://www.copercampos.com.br)>. Acesso em: Setembro/2017.
- CHAVES, S. S. O cooperativismo de crédito no Brasil: evolução e perspectivas. In: **Desafios do Sistema Financeiro Nacional: o que falta para colher os benefícios da estabilidade conquistada**. Rio de Janeiro: Elsevier-Campus, 2011.
- CRUZ, Paulo Sergio Alves da. **A filosofia cooperativista e o cooperativismo no Brasil e no mundo**. Rio de Janeiro: COP, 2002.
- HAHN, Mauro. **Capital social e estratégias de desenvolvimento econômico na Microrregião de Itapiranga SC**. (Dissertação de Mestrado em Agroecossistemas, UFSC). Florianópolis, SC, 2005.
- JACQUES, Eldecir Rodrigues; GONÇALVES, Flavio de Oliveira. **Cooperativas de crédito no Brasil: evolução e impacto sobre a renda dos municípios brasileiros**. Economia e Sociedade, Campinas, SP. v. 25, n. 2 (57), p. 489-509, ago. 2016.
- JUNGBLUDT, Roque. **Documentário histórico de Porto Novo**. São Miguel do Oeste: Arco Íris Gráfica & Editora, 2000.
- MEINEN, Ênio.; PORT, Márcio. **Cooperativismo Financeiro: percurso histórico, perspectivas e desafios**. Brasília: Confebras, 2014.
- MEINEN, Ênio.; DOMINGUES, Jefferson Nercolini; DOMINGUES, Jane Aparecida Stefan. **Cooperativas de crédito no Direito brasileiro**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2002.
- MENEZES, Antônio. **Cooperativa de crédito: o que é e quais seus benefícios**. Brasília: CONFEBRÁS, 2004.
- OCESC – Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (2016). Disponível em: <<http://www.ocesc.org.br>>. Acesso em Setembro/2017.
- OLIVEIRA, Nestor Braz de. **Cooperativismo: guia prático**. Porto Alegre: AGE, 1979.
- PEREIRA, Melissa Mafioletti. **Cooperativismo: a educação cooperativa nas cooperativas de crédito**. 2003. 100f. Monografia (Graduação em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2004. Florianópolis, SC.

PINHEIRO, Marcos Antônio Henriques. **Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil.** 5 ed. Brasília, BCB, 2008.

PINHO, Diva Benevides. **Economia e cooperativismo.** São Paulo: Saraiva, 1977.

PINHO, Diva Benevides; PALHARES, Valdecir Manoel Affonso. **O cooperativismo de crédito no Brasil do século XX ao século XXI.** São Paulo: CONFEBRÁS, 2004.

SANTOS, João Carlos de Los. **Os 25 anos da retomada do Cooperativismo de Crédito Brasileiro.** Porto Alegre: Imprensa Livre, 2005. p. 14.

SILVA NETO, Pedro Quaresma da.; SCHMIDT, Adir Otto.; ZWIEREWICZ, Márcia.; OLIVEIRA, Kellen Cristiane de. Cooperativismo Como Organismo Equalizador da Renda. In: EGEPE - Encontro de Estudos Sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, **Anais...** 2.000, p. 46-56.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SOARES, Michel André Felipe.; MOREIRA Alfredo Lopes Da Costa.; BERNARDO-ROCHA, Eliza Emília Rezende. Criação de cooperativa no agronegócio: o caso da Cooperativa Paranaense dos Criadores de Avestruz. IV Egepe – Encontro de Estudos Sobre Empreendedorismo E Gestão De Pequenas Empresas, 2005, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUC, 2005.

STALLINGS, B.; STUDART, R. **Finance for development: Latin America in comparative perspective.** Washington: Brookings Institution Press/Cepal, 2006.